



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

NÍVEL SUPERIOR – TARDE

JUIZ LEIGO

PROVA OBJETIVA SELETIVA
TIPO 4



SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **100 (cem)** questões objetivas, você receberá do fiscal de sala uma folha para a marcação das respostas.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da **folha de respostas**.
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas.
- Confira o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição da folha de respostas em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

Língua Portuguesa

1

Leia o texto a seguir.

Não somos as únicas pessoas interessantes no mundo, somos parte do todo. Isso talvez tire um pouco da vaidade dessa humanidade que nós pensamos ser, além de diminuir a falta de reverência que temos o tempo todo com as outras companhias que fazem essa viagem cósmica com a gente.

Somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. Ter diversidade, não isso de uma humanidade com o mesmo protocolo. Porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos.

Adaptado de KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2019, prefácio.

No trecho, aparecem elementos linguísticos que contribuem para a coesão textual, ao retomar ou substituir informações já mencionadas.

Nesse contexto, o pronome “isso” sublinhado no texto, retoma a seguinte ideia:

- (A) convivência respeitosa entre os diferentes seres que participam da “viagem cósmica”.
- (B) diversidade entre as pessoas como orientação para o modo de viver.
- (C) existência de diferenças entre indivíduos que tornam as pessoas interessantes.
- (D) proposta de uma humanidade que siga um mesmo padrão ou protocolo.
- (E) percepção de que os seres humanos fazem parte de um conjunto maior no universo.

2

Leia o texto a seguir.

Nos últimos 50 anos, a rápida e contínua evolução dos meios tecnológicos postos à disposição do homem vem causando impacto inédito ao meio ambiente. Cientistas renomados, como o holandês Paul Crutzen, Prêmio Nobel de Química em 1995, acreditam que o homem tenha se tornado uma ‘força geofísica planetária’. Foi ele que, em 2000, cunhou o termo Antropoceno para designar a nova época geológica que viria após o Holoceno.

Adaptado de OLIC, N. B. Antropoceno - um novo nome para o presente geológico? *Revista Pangea*, 24 set. 2008.

No contexto apresentado, o conectivo “como” estabelece uma relação de

- (A) comparação.
- (B) exemplificação.
- (C) causa.
- (D) conformidade.
- (E) consequência.

3

Leia o trecho a seguir, extraído da contracapa do livro “Solitária” de Eliana Alves Cruz.

O quatinho de empregada de Eunice é como qualquer outro: um cubículo mal iluminado e sem janelas. Solitário. Dá na cozinha, na lavanderia, na área de serviço e no elevador de mesmo nome. Chegar e sair é também por ali, pelos fundos, às escondidas. Lógica do apartamento. De apartheid. Da segregação. Elo de uma corrente que fez dos condomínios de alto padrão uma tecnologia do cárcere - para não dizer de cativoiro - e metáfora arquitetônica do Brasil.

CRUZ, Eliana Alves. *Solitária*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

No trecho, o termo “quatinho” é usado para se referir ao espaço destinado à empregada no apartamento.

Nesse contexto, o uso do diminutivo contribui para

- (A) indicar afeto e proximidade em relação ao espaço descrito.
- (B) enfatizar o tamanho reduzido e as condições precárias do ambiente.
- (C) expressar admiração pelo modo como o espaço foi planejado.
- (D) suavizar a crítica social presente na descrição do ambiente.
- (E) indicar que o espaço é utilizado ocasionalmente dentro do apartamento.

4

Leia a notícia a seguir (fevereiro de 2026).

Mais de 140 toneladas retiradas das ruas: reciclagem transforma o Carnaval em renda e política pública ambiental

Enquanto a festa se despede oficialmente das ruas de Salvador nesta terça-feira (17), último dia do Carnaval da Bahia, o trabalho nas Centrais de Apoio do projeto ‘*Meu Corre Decente*’ segue em ritmo intenso. Entre o som dos trios e a dinâmica da triagem, mais de 140 toneladas de resíduos recicláveis já foram coletados desde o início da folia, resultado direto da atuação integrada do Governo do Estado, por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), da Secretaria do Meio Ambiente da Bahia (Sema) e do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), além do apoio de outras secretarias e das cooperativas de catadores que sustentam, na prática, a economia circular durante a maior festa popular do estado.

Adaptado de <https://www.ba.gov.br/meioambiente/noticias/2026-02/17349/mais-de-140-toneladas-retiradas-das-ruas-reciclagem-transforma-o-carnaval>

Com base nos mecanismos de coesão textual, assinale a opção que indica corretamente a expressão utilizada para retomar o termo “Carnaval”, evitando sua repetição.

- (A) “último dia do carnaval da Bahia”.
- (B) “o som dos trios”.
- (C) “a maior festa popular do estado”.
- (D) “essa engrenagem”.
- (E) “rosto, suor e persistência”.

5

Observe o texto de campanha a seguir.



<https://saojosedoriopardo.sp.gov.br/secretaria-municipal-de-educacao-participa-da-campanha-a-reciclagem-nao-tira-ferias/>

Em textos publicitários, palavras e imagens atuam de forma integrada na construção de sentidos. Considerando esse aspecto, assinale a afirmativa que interpreta corretamente a campanha.

- (A) A imagem da estudante ao lado dos livros, associada ao termo “férias”, contribui para situar o domínio discursivo da campanha, vinculando-o ao contexto escolar.
- (B) A representação dos livros empilhados indica os materiais que devem ser descartados no processo de reciclagem promovido pela campanha.
- (C) A expressão sorridente da estudante na lateral do cartaz sugere que a iniciativa da campanha partiu dos próprios alunos do município.
- (D) A formulação “não tira férias” deve ser compreendida em sentido literal, indicando a continuidade das atividades escolares durante o recesso.
- (E) Os elementos verbais e visuais estabelecem sentidos independentes, possibilitando a compreensão integral da campanha mesmo quando analisados separadamente.

6

Leia o excerto a seguir.

O sertanejo trepou no carrossel, deu corda na pianola e começou a música de uma valsa antiga. O rosto sombrio de Volta Seca se abria num sorriso. Espiava a pianola, espiava os meninos envoltos em alegria. Escutavam religiosamente aquela música que saía do bojo do carrossel na magia da noite da cidade da Bahia só para os ouvidos aventureiros e pobres dos Capitães da Areia. Todos estavam silenciosos. Um operário que vinha pela rua, vendo a aglomeração de meninos na praça, veio para o lado deles. E ficou também parado, escutando a velha música. Então a luz da lua se estendeu sobre todos, as estrelas brilharam ainda mais no céu, o mar ficou de todo manso (talvez que lemanjá tivesse vindo também ouvir a música) e a cidade era como que um grande carrossel onde giravam em invisíveis cavalos os Capitães da Areia. Nesse momento de música eles sentiram-se donos da cidade.

AMADO, Jorge. *Capitães da Areia*. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 88

Considere o trecho sublinhado e marque a opção em que a reescritura proposta respeita a relação semântica entre as orações.

- (A) Um operário que vinha pela rua veio para o lado deles, embora tenha visto a aglomeração de meninos na praça.
- (B) Um operário que vinha pela rua viria para o lado deles, caso visse a aglomeração de meninos na praça.
- (C) Um operário que vinha pela rua veio para o lado deles, porque viu a aglomeração de meninos na praça.
- (D) Um operário que vinha pela rua veio para o lado deles, à medida que via a aglomeração de meninos na praça.
- (E) Um operário que vinha pela rua veio para o lado deles, para ver a aglomeração de meninos na praça.

7

Leia a tirinha a seguir:

XAXADO / Antonio Cedraz



<https://blogdoxandro.blogspot.com/2013/08/tiras-n4929-turma-do-xaxado-antonio.html>

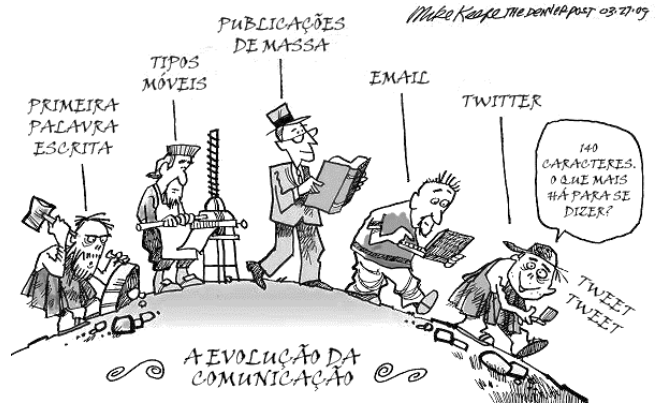
A fala do personagem no segundo quadrinho apresenta marcas linguísticas que se afastam da norma-padrão.

Considerando o contexto da tirinha, essas marcas

- (A) indicam desconhecimento das regras gramaticais, comprometendo a construção do sentido e o efeito humorístico da tirinha.
- (B) evidenciam inadequação linguística, por apresentarem formas que se afastam da norma-padrão da língua portuguesa.
- (C) caracterizam a fala como pertencente a uma variedade regional e oral da língua, contribuindo para a construção da identidade do personagem.
- (D) demonstram o uso de linguagem informal, sem estabelecer relação significativa com a caracterização dos personagens ou com o humor do texto.
- (E) revelam problema na elaboração do texto, pois a escrita, mesmo em balões de fala, deveria seguir a norma-padrão da língua portuguesa.

8

No cartum, o primeiro personagem (à esquerda) e o último (à direita) apresentam vestimentas semelhantes. O primeiro aparece talhando uma pedra, associada à “primeira palavra escrita”. Já o último caminha segurando um celular, do qual saem as palavras “tweet tweet”, e traz, em um balão de fala, a frase: “140 caracteres. O que mais há para se dizer?”.



<https://www.ojornalista.com/2009/08/tirinha-a-evolucao-da-comunicacao/> acesso em 21.2.26

Considerando as intenções do autor e o uso da palavra “evolução” no título (“A evolução da comunicação”), é correto afirmar que

- (A) a comunicação sempre fez parte da vida humana, apesar das mudanças nas relações sociais.
- (B) há ironia na semelhança de caracterização do último personagem e do primeiro.
- (C) imagens e palavras mostram como a sociedade se beneficia dos meios de comunicação.
- (D) os meios de comunicação evoluíram, sem mudanças biológicas no ser humano.
- (E) mesmo com a evolução dos meios de comunicação, o homem permanece solitário.

9

Leia o texto a seguir, extraído do monólogo “O céu da Língua”, de Gregório Duvivier:

Minha filha fala “papato”. E eu sei que em algum momento ela vai deixar de falar papato. Sem me avisar, ela vai passar a falar sapato. E é um caminho sem volta. Tenho vontade de combinar com todo o mundo à volta dela, com a mãe, e as avós, e a escola, de ninguém nunca falar a palavra Sapato perto dela. Sim, eu queria fazer um cordão sanitário pra palavra papato. Mas logo eu lembro que não é fácil a vida da mulher de quarenta anos que fala “papato”. Então eu digo pra minha filha, com o coração apertado: “bota o sapato. É sapato”. Mesmo sabendo que eu to matando uma coisa preciosa dentro dela.

DUVIVIER, Gregório. *O céu da Língua*. Rio de Janeiro, Paddock, 2025, p. 9.

Considerando o contexto, assinale a afirmativa que interpreta corretamente o sentido da expressão “cordão sanitário” no texto.

- (A) É empregada para indicar a tentativa de controlar o ambiente linguístico da criança, de modo a interferir em seu processo de aprendizagem.
- (B) Funciona como metáfora para o desejo de proteger a forma infantil da palavra, evitando que ela seja “contaminada” pela forma convencional.
- (C) Sugere a intenção de isolar temporariamente a palavra “papato”, preservando-a como marca afetiva daquele momento da infância.
- (D) Expressa a consciência de que o desenvolvimento da linguagem implica substituir certas formas por outras socialmente aceitas.
- (E) Revela o conflito entre o afeto do pai pela fala da filha e a necessidade de inseri-la, o quanto antes, nas convenções da língua.

10

Leia a resenha crítica a seguir.

“*Viva o povo brasileiro*”, obra de João Ubaldo Ribeiro, vencedor do prêmio Jabuti, em 1984, é um dos mais importantes romances surgidos na literatura brasileira no século XX. O livro que todo(a) brasileiro(a) deveria ler para compreender a formação do nosso povo, da nossa identidade cultural. Trata-se de uma exuberante e complexa metáfora da formação de nossa identidade nacional, é obra monumental que já nasceu clássica, instaurando novo olhar ficcional sobre o passado do Brasil. A violência física e simbólica, os abismos sociais e os privilégios que os acentuam, a constituição de uma elite autoritária são encenados ao longo desta narrativa polifônica e lírica, muitas vezes irônica, que cobre quatrocentos anos de história. Poucas obras atingiram esse mesmo nível de complexidade, e pouquíssimas alcançaram êxito semelhante ao de “*Viva o povo brasileiro*”.

<https://www.revistaprosaveroarte.com/joao-ubaldo-ribeiro-viva-o-povo-brasileiro>
adaptado.

Com base no texto, assinale a afirmativa que identifica corretamente a função predominante da resenha apresentada.

- (A) Apresentar uma síntese interpretativa do romance, destacando acontecimentos e aspectos centrais da narrativa.
- (B) Situar o romance no conjunto da literatura brasileira, estabelecendo relações com outras produções do período.
- (C) Contextualizar a produção do romance a partir de elementos relacionados à trajetória intelectual do autor.
- (D) Informar o leitor sobre as características da obra, incluindo aspectos de sua publicação e seu reconhecimento.
- (E) Avaliar criticamente a obra, orientando o público quanto à sua relevância literária e histórica.

11

Leia o texto a seguir.

Eu ri com amargura. “Quero dizer: você acredita sinceramente que alguma de nós merece perdão?” Minha mãe me encarou. Eu não sabia como funcionava sua mente e me perguntei se ela sentia tanta culpa quanto eu. Sei que compartilhava a dor. Quando voltou a falar, foi em tom baixo e insistente. “Mereço a felicidade”, disse. “Não fiz nada errado. E você também não.” Descemos a escada e disse a mim mesma ao sair à rua: agora estão escrevendo sobre todos os campos de extermínio, grandes e pequenos. Que mundo nós havíamos criado, as famílias como a minha.

Adaptado de BOYNE, John. *Por lugares devastados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023, p.82.

No trecho, são utilizadas diferentes formas de apresentação da fala e do pensamento das personagens.

Com base nisso, assinale a afirmativa que analisa corretamente os efeitos de sentido dessas escolhas no texto.

- (A) A alternância entre falas reproduzidas e trechos narrados cria distanciamento emocional, reduzindo o envolvimento do leitor com o conflito vivido pelas personagens.
- (B) A incorporação das falas ao fluxo narrativo prioriza a objetividade dos fatos, deixando em segundo plano os sentimentos das personagens.
- (C) O predomínio de falas explicitamente marcadas por aspas reforça a neutralidade da narradora diante das atitudes da mãe.
- (D) A combinação entre falas diretamente apresentadas e pensamentos incorporados à narração aproxima o leitor da intimidade da personagem, evidenciando seu conflito interior.
- (E) A apresentação das falas de modo alternado impede que o leitor identifique com clareza os limites entre memória individual e reflexão histórica.

12

Leia o texto a seguir.

De manhã, a luz ainda não tinha voltado. A nossa sorte mesmo é que o sol aparece todos os dias de manhã bem luminoso, e cedo, na hora que os galos gostam de acordar e minha avó também, minutos antes das seis da manhã, às vezes a essa hora também vem água e a minha avó pode regar as plantas com uma água assim verdadeira.

ONDJAKI. *A bicicleta que tinha bigodes*. Rio de Janeiro: Pallas, 2015, p.67.

No trecho, o narrador apresenta indícios das condições de vida no local onde mora.

Assinale a expressão que permite inferir a irregularidade no acesso a serviços básicos, indicando uma situação de precariedade.

- (A) “às vezes”.
- (B) “de manhã”.
- (C) “bem luminoso”.
- (D) “todos os dias”.
- (E) “minutos antes das seis da manhã”.

13

Eu estava no meu quarto após o almoço, lendo o capítulo V da Epístola de Tiago porque eu ia falar das raízes bíblicas da unção dos doentes durante a hora da família, quando ouvi os sons. Pancadas pesadas e rápidas na porta talhada à mão do quarto dos meus pais. Imaginei que a porta estava emperrada e que Papa estivesse tentando abri-la. Se imaginasse aquilo sem parar, talvez virasse verdade. Eu me sentei, fechei os olhos e comecei a contar. Contar fazia o tempo passar um pouco mais rápido, fazia com que não fosse tão ruim. Às vezes, acabava antes de eu chegar ao número vinte. Eu já estava no dezenove quando o som parou. Ouvi a porta se abrindo. Os passos de Papa na escada pareceram mais pesados, mais desajeitados do que o normal.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Hibisco Roxo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.39.

No trecho, a expressão “à mão” em “porta talhada à mão” apresenta acento grave indicativo de crase. Nesse contexto, seu uso se justifica pela(o)

- (A) marcação de que a palavra seguinte está no gênero feminino.
- (B) uso obrigatório da crase antes de qualquer locução adverbial.
- (C) necessidade de marcar o complemento nominal feminino da palavra “porta”.
- (D) indicação de que a palavra seguinte é o sujeito da oração.
- (E) fusão da preposição “a” com o artigo feminino “a”.

14

Leia o texto a seguir.

Desde a emergência das neurociências nos anos de 1970, foram alcançados progressos consideráveis no conhecimento de nosso cérebro. A decifração do genoma humano revelou todas as moléculas que o compõem. O desenvolvimento fulgurante dos métodos de imagem cerebral tornou acessível a identificação das bases neurais de nosso psiquismo. Resta, contudo ainda, articular entre si os níveis múltiplos encaixados de organização de nosso cérebro e efetuar uma síntese pertinente que nos permita compreender os fundamentos neuronais do pensamento consciente ou da criação.

DEHAENE, Stanislas. *Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler*. Porto Alegre: Penso, 2012, p.9

Na língua, alguns processos de formação de palavras são capazes de alterar a classe gramatical da palavra primitiva.

Assinale a opção que apresenta, do texto, um vocábulo em cuja formação tenha ocorrido mudança de classe por meio do acréscimo de um sufixo.

- (A) “neurociências”.
- (B) “decifração”.
- (C) “múltiplos”.
- (D) “encaixados”.
- (E) “compreender”.

15

Leia o texto a seguir.

Todo discurso tem uma dimensão argumentativa. Alguns se apresentam como explicitamente argumentativos (por exemplo, o discurso político, o discurso publicitário), enquanto outros não se apresentam como tal (por exemplo, o discurso didático, o discurso romanesco, o discurso lírico). No entanto, todos são argumentativos: de um lado, porque o modo de funcionamento real do discurso é o dialogismo; de outro, porque sempre o enunciador pretende que suas posições sejam acolhidas, que ele mesmo seja aceito, que o enunciatário faça dele uma boa imagem.

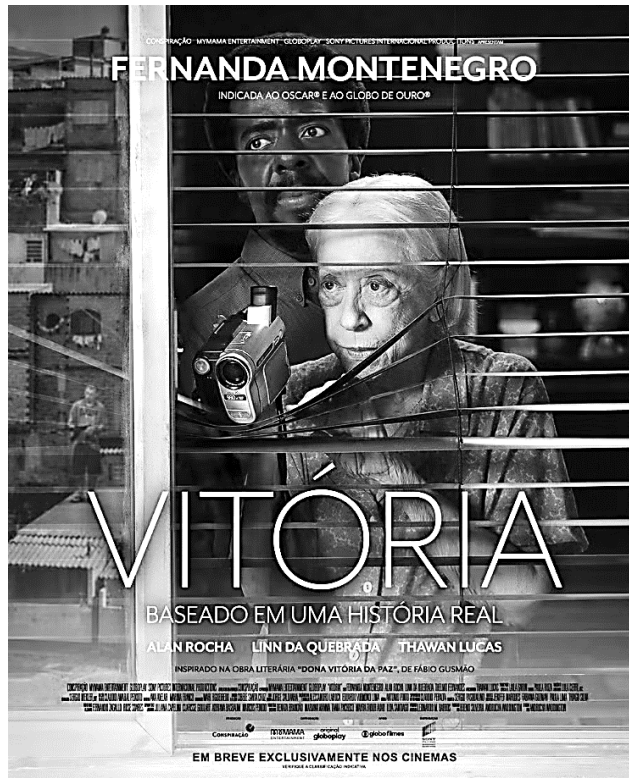
FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2018, p.9.

No texto, afirma-se que todo discurso possui uma dimensão argumentativa, mesmo quando não se apresenta explicitamente dessa forma. Ao desenvolver essa tese, o autor tem como objetivo principal

- (A) defender que discursos políticos e publicitários têm a função de convencer o público e influenciar suas opiniões.
- (B) explicar que diferentes tipos de exercem influência sobre como o interlocutor percebe ideias e pontos de vista.
- (C) mostrar que textos literários e didáticos não possuem intenção de produzir efeitos sobre o leitor.
- (D) demonstrar que o discurso argumentativo é menos frequente do que outros tipos de discurso na comunicação cotidiana.
- (E) criticar o uso da argumentação em discursos que tratam de temas científicos ou educacionais.

16

Observe o cartaz de divulgação do filme Vitória.



<https://gshow.globo.com/globoplay/noticia/estrelado-por-fernanda-montenegro-vitoria-ganha-cartaz-inedito-veja-cenas.ghtml>

O cartaz do filme apresenta elementos visuais e verbais que ajudam a antecipar aspectos da narrativa.

Considerando a imagem e as informações verbais do cartaz, é correto afirmar que o principal efeito produzido pela composição visual é

- (A) destacar o cotidiano da personagem idosa, enfatizando a convivência familiar e o ambiente doméstico.
- (B) valorizar o aspecto documental do filme, evidenciando a equipe e os equipamentos utilizados na produção.
- (C) apresentar a cidade como espaço de convivência harmoniosa, destacando a integração entre os moradores do bairro.
- (D) sugerir uma situação de vigilância, em que a personagem observa acontecimentos externos ligados a uma história real.
- (E) enfatizar o caráter humorístico da narrativa, a partir da expressão das personagens e da ambientação urbana.

17

Leia o texto a seguir.

Cabe enfatizar que, ao referirmos a Libras, isso não significa que ela seja utilizada da mesma forma por todos os surdos brasileiros. Como qualquer outra língua, ela está sujeita às variações regionais, adequando-se aos aspectos históricos, sociais e culturais das diferentes comunidades em que é utilizada. Da mesma forma, as produções artísticas culturais sofrem influências desses aspectos. Considerando então a não homogeneização da Libras e da cultura surda brasileira, a falta de registros dessas variações e desses atravessamentos de culturas regionais, torna-se cada vez mais urgente a realização de ações que priorizem a coleta e a análise desses materiais, no sentido de compor um acervo que sirva de referência para estudos sobre a cultura surda e sua inserção no contexto das culturas regionais e nacional.

KARNOPP, Lodenir Becker. *Produções culturais de surdos: análise da literatura surda*. Disponível em

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/1605/1488>

A autora afirma que a Libras não é utilizada da mesma forma por todos os surdos brasileiros e que sofre variações relacionadas aos contextos sociais e culturais.

Nesse contexto, a palavra “homogeneização” poderia ser substituída, sem prejuízo de sentido no texto, por

- (A) padronização.
- (B) transformação.
- (C) adaptação.
- (D) ampliação.
- (E) preservação.

18

Observe a charge a seguir.



<https://amarildocharge.wordpress.com/2011/04/07/ambucão-ou-rabelância>

O termo “ambucão” aparece no lugar de “ambulância”, produzindo um efeito humorístico ao sugerir uma escolha entre dois tipos de atendimento. A formação dessa palavra contribui para o sentido do texto porque

- (A) o acréscimo do sufixo aumentativo apresenta a ideia de um veículo maior que uma ambulância comum.
- (B) a presença do prefixo intensifica o sentido relacionado ao atendimento médico.
- (C) a repetição do radical indica a rapidez associada ao serviço prestado pelo veículo.
- (D) a adaptação fonética do termo estrangeiro empregado na área da saúde designa o tipo de veículo.
- (E) a junção de partes de duas palavras diferentes sugere que o veículo reúne características de ambulância e rabeção.

19

A variação linguística se manifesta desde o nível mais elevado e coletivo – quando comparamos, por exemplo, o português falado em dois países diferentes (Brasil e Angola) – até o nível mais baixo e individual, quando observamos o modo de falar de uma única pessoa, a tal ponto que é possível dizer que o número de “línguas” num país é o mesmo de habitantes de seu território. Entre esses dois níveis extremos, a variação é observada em diversos outros níveis: grandes regiões, estados, regiões dentro dos estados, classes sociais, faixas etárias, níveis de renda, graus de escolarização, profissões, acesso às tecnologias de informação, usos escritos e usos falados.

BAGNO, Marcos. Disponível em <https://www.ceale.fae.ufmg.br>

O texto apresenta diferentes níveis em que a variação linguística pode ser observada.

A partir da explicação do autor, conclui-se que a variação linguística

- (A) ocorre principalmente quando se comparam variedades de uma mesma língua faladas em países diferentes, como no caso do português do Brasil e de Angola.
- (B) relaciona-se sobretudo às diferenças entre usos formais e informais da língua, observadas em situações distintas de comunicação.
- (C) manifesta-se em múltiplos níveis da vida social e individual, podendo ocorrer entre países, grupos sociais e até entre falantes de uma mesma comunidade.
- (D) resulta principalmente das diferenças de escolarização entre os falantes, fator que determina as formas linguísticas utilizadas em cada contexto.
- (E) tende a diminuir quando os falantes de uma mesma comunidade passam a compartilhar recursos tecnológicos de informação e comunicação.

20

Leia a notícia a seguir a respeito dos impactos da crise climática na educação.

Crise climática deixou mais de 1 milhão de estudantes sem aulas
Pesquisa do Unicef aponta que secas e enchentes afetaram mais de 1 milhão de alunos brasileiros, reduzindo o direito à educação e ao desenvolvimento escolar

Vanessa Fajardo

Publicado em 04.02.2025

Enchentes e secas deixaram mais de 200 milhões de estudantes sem aulas no mundo inteiro em 2024, sendo 1,17 milhão no Brasil. Além dos prejuízos na aprendizagem, Unicef aponta a necessidade de fomentar uma educação para a resiliência climática.

Sem a rotina escolar, meninas e meninos ficam também mais expostos a riscos como trabalho infantil e violência sexual. Pesquisas mostram que em mais de 80% dos casos de abusos de crianças, os criminosos são pessoas do âmbito familiar.

<https://lunetas.com.br/crise-climatica-deixou-mais-de-1-milhao-de-estudantes-sem-aulas/>

Considerando as características do gênero notícia, esse texto se distingue principalmente por

- (A) apresentar informações sobre acontecimentos recentes relacionados à crise climática, mobilizando dados e referências institucionais para informar sobre um problema de relevância social.
- (B) organizar fatos relacionados à suspensão de aulas em diferentes lugares, estruturando o relato de modo a evidenciar consequências sociais associadas aos eventos climáticos.
- (C) discutir os efeitos da crise climática no campo educacional, reunindo informações e interpretações que contribuem para ampliar a compreensão do tema apresentado.
- (D) problematizar os impactos sociais de eventos climáticos extremos, articulando dados e reflexões com o objetivo de estimular o debate público sobre a questão.
- (E) apresentar informações sobre situações vividas por estudantes afetados por desastres ambientais, enfatizando aspectos humanos envolvidos na interrupção da rotina escolar.

Juizados Especiais

21

Um cidadão ajuizou ação no Juizado Especial da Fazenda Pública contra determinado Estado, pleiteando indenização por danos materiais decorrentes de ato administrativo que lhe teria causado dano.

A Fazenda Pública foi citada para audiência de conciliação, com antecedência de 60 dias.

Na audiência de conciliação, não houve acordo e tampouco foi apresentada contestação, sendo então designada audiência de instrução e julgamento para o dia 20/09/2026.

Considerando as regras aplicáveis aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Fazenda Pública possui prazo em dobro para apresentar contestação, em razão das prerrogativas processuais do ente fazendário.
- (B) A contestação deveria ter sido apresentada obrigatoriamente antes da audiência de conciliação, sob pena de preclusão.
- (C) A Fazenda Pública deveria ter apresentado contestação no prazo de 15 (quinze) dias após a citação, sob pena de preclusão.
- (D) A contestação deve ser apresentada até a audiência de instrução e julgamento, não havendo prazo diferenciado para a Fazenda Pública.
- (E) A contestação somente poderia ser apresentada 15 (quinze) dias após a audiência de instrução e julgamento, sob pena de preclusão.

22

Um cidadão ajuizou ação no Juizado Especial da Fazenda Pública contra determinado município alegando erro no cálculo de tributo municipal. Durante a audiência, verificou-se que a solução da controvérsia dependia de esclarecimento técnico contábil simples acerca da forma de cálculo adotada pela administração.

Diante da necessidade de prova técnica, o magistrado cogitou a utilização de prova pericial no processo.

Considerando as regras aplicáveis aos Juizados Especiais da Fazenda Pública e os enunciados pertinentes, assinale a afirmativa correta.

- (A) O cálculo pode ser produzido por meio de prova técnica simplificada, consistente na inquirição de especialista pelo juiz sobre ponto controvertido da causa.
- (B) A prova técnica somente pode ser realizada mediante perícia formal completa, com observância integral do procedimento previsto no Código de Processo Civil.
- (C) A realização de prova pericial é vedada nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, devendo o processo ser extinto sem resolução do mérito.
- (D) A prova técnica somente poderá ser realizada mediante nomeação de perito judicial e apresentação de laudo pericial com prazo máximo de 30 dias.
- (E) A prova técnica somente pode ser produzida se requerida por ambas as partes.

23

Um cidadão ajuizou ação no Juizado Especial da Fazenda Pública contra determinado Estado pleiteando o fornecimento de medicamento de alto custo. Diante do risco de agravamento do quadro clínico, o magistrado deferiu tutela antecipada determinando o imediato fornecimento do medicamento.

Inconformada com a decisão, a Fazenda Pública pretende impugnar o provimento jurisdicional.

Considerando as regras da Lei nº 12.153/2009 e os enunciados aplicáveis aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, é correto afirmar que a decisão que concede tutela antecipada

- (A) é irrecorrível, pois nos juizados especiais há somente uma instância.
- (B) somente pode ser impugnada por meio de mandado de segurança.
- (C) somente pode ser impugnada quando da interposição de recurso inominado da sentença.
- (D) pode ser impugnada por recurso no prazo de 10 (dez) dias.
- (E) pode ser impugnada por recurso no prazo de 30 (trinta) dias.

24

Após tomar posse, Maria passou a atuar como juíza leiga no âmbito do Estado da Bahia, exercendo plenamente suas atribuições legais. Logo no início do exercício de sua atividade funcional, foi informada de que deveria presidir, em certo dia da semana, um rol de audiências unas, de instrução e julgamento.

Após analisar a Resolução TJBA nº 01/2023, Maria concluiu corretamente que

- (A) a audiência somente pode ser realizada no âmbito de um Juizado Especial Cível.
- (B) a informação está incorreta, pois a juíza leiga somente pode presidir audiências de conciliação.
- (C) a audiência pode ser realizada no âmbito de um Juizado Especial Cível, Criminal ou da Fazenda Pública.
- (D) a dispensa de novos depoimentos é possível, caso sejam suficientes os já constantes dos autos e não haja impugnação das partes.
- (E) o projeto de sentença decorrente da audiência não carece de homologação do Juiz de Direito para adquirir eficácia, se não houver impugnação de uma das partes.

25

Pedro, que ocupava um cargo público no âmbito do Município Alfa, foi aprovado em concurso público para o cargo de juiz leigo no Estado da Bahia. Ao ser convocado pelo Poder Judiciário, constatou que, caso permanecesse por mais 15 (quinze) dias no cargo público que já ocupava, preencheria os requisitos para a fruição de determinado direito estatutário, o que lhe traria benefício pecuniário. Por tal razão, cogitou solicitar alguma medida que permitisse a postergação de sua convocação.

Após analisar o Decreto Judiciário nº 817/2023, Pedro concluiu corretamente que

- (A) é vedada a adoção de qualquer medida que postergue a convocação.
- (B) pode solicitar a postergação do prazo inicial de convocação por mais 30 (trinta) dias.
- (C) pode solicitar o deslocamento para o final da lista de aprovados, o que é admitido uma única vez.
- (D) tem direito potestativo de solicitar a postergação da posse por até 15 (quinze) dias após a nomeação.
- (E) somente pode requerer o afastamento temporário das funções, por até 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período.

26

Antônia ajuizou ação em face de determinado ente federativo subnacional perante o Juizado Especial da Fazenda Pública (JEFP) competente. O pedido, consistente no pagamento de quantia certa, em razão de ilícito praticado em detrimento de Antônia, foi julgado procedente e a sentença transitou em julgado. Para o devido cumprimento do provimento jurisdicional, faz-se necessária a elaboração do cálculo da quantia devida.

Na situação descrita, é correto afirmar que

- (A) a execução invertida é cabível, devendo o ente federativo subnacional ser intimado a apresentar o cálculo.
- (B) o ônus da prova, em todas as fases do processo, incumbe a Antônia, que deve apresentar o respectivo cálculo.
- (C) o ônus da prova, durante a fase de conhecimento, era do ente federativo subnacional, mas não durante a fase de execução.
- (D) a carga dinâmica do ônus da prova evidencia que o ente federativo subnacional pode ser instado a apresentar os cálculos, mas apenas se tiver agido de má-fé.
- (E) a inversão do ônus da prova apenas é admitida em matéria de consumo, mas, caso o JEFP esteja no mesmo nível do ente federativo subnacional, esse último deve elaborar o cálculo.

27

Inácio ajuizou, pessoalmente, ação de indenização por dano material, no valor de trinta salários mínimos, em face do Município Alfa, perante o Juizado Especial da Fazenda Pública (JEFP) competente.

Durante a tramitação do procedimento, a Fazenda Pública argumentou que Inácio deveria estar assistido por advogado, bem como que deveria ser observada a regra especial de prazo diferenciado para a Fazenda Pública.

Ao analisar a sistemática vigente, o juízo concluiu corretamente que

- (A) a obrigação de assistência por advogado somente é exigida no âmbito do Juizado Especial Cível.
- (B) a contagem dos prazos processuais será feita de forma contínua, não havendo prazo diferenciado para a Fazenda Pública.
- (C) a obrigação de assistência por advogado somente seria exigida se Inácio fosse incapaz, o que o impediria de litigar no âmbito do JEFP.
- (D) o prazo diferenciado assegurado à Fazenda Pública decorre do microsistema dos juizados especiais, não se aplicando, por outro lado, o Código de Processo Civil.
- (E) a obrigação de assistência por advogado é exigida em razão do valor da causa, sendo assegurada à Fazenda Pública a regra do prazo em dobro somente nas situações descritas no Código de Processo Civil.

28

Ana demandou Pedro no âmbito do Juizado Especial Cível (JEC) competente. Apesar de regularmente citado, Pedro permaneceu revel, não comparecendo pessoalmente ao ato designado ou mesmo constituindo advogado.

Na situação descrita, é correto afirmar que

- (A) o processo deve ser suspenso.
- (B) Pedro deve ser intimado pessoalmente dos atos subsequentes.
- (C) não há necessidade de que Pedro seja intimado por publicação no Diário Eletrônico.
- (D) Pedro deve ser intimado por meio de publicação no Diário Eletrônico ou por edital afixado na sede do JEC.
- (E) Pedro deve ser intimado por meio de publicação no Diário Eletrônico, sem prejuízo do edital afixado na sede do JEC.

29

Em determinada ação ajuizada perante o Juizado Especial Cível (JEC) competente, o autor apresentou farta prova documental, que demonstrava não só o *fumus boni iuris* em relação ao pedido formulado, como a existência de uma situação de urgência contemporânea. Por tal razão, requereu a concessão de uma tutela de urgência em caráter antecedente, com observância do respectivo procedimento previsto no Código de Processo Civil.

Na situação descrita, é correto afirmar que

- (A) somente pode ser aplicado o procedimento da tutela de evidência.
- (B) somente pode ser aplicado o procedimento da tutela antecipada.
- (C) pode ser aplicado tanto o procedimento da tutela antecipada como o da tutela de evidência.
- (D) não pode ser aplicado nem o procedimento da tutela antecipada nem o da tutela de evidência.
- (E) a aplicação de procedimentos cautelares é possível, incluindo aqueles afetos à tutela de evidência e à tutela antecipada, desde que compatíveis com os princípios do JEC.

30

Victoria, estudante de 19 anos, adquiriu um computador de uma empresa de pequeno porte. Diante de defeitos no produto, decidiu propor ação de indenização no valor de R\$ 4.000,00 perante o Juizado Especial Cível (JEC), sem assistência de advogado. Regularmente citada, a empresa ré apresentou reconvenção, alegando que o defeito decorreu de mau uso do produto e formulando pedido de indenização por danos morais, sob o argumento de que Victoria teria ofendido sua reputação comercial.

Considerando as regras da Lei nº 9.099/1995 sobre as partes e sua capacidade de atuação no JEC, assinale a afirmativa correta.

- (A) Victoria não pode demandar no JEC desassistida por advogado, por ser menor de 21 anos.
- (B) Pelo fato de ser estudante, a assistência por advogado é obrigatória para Victoria.
- (C) A reconvenção é admitida no JEC, desde que a ré seja empresa de pequeno porte.
- (D) Em razão do valor do pedido, Victoria pode litigar no JEC sem advogado.
- (E) Empresa de pequeno porte é proibida de figurar no polo passivo das ações no JEC.

31

Matheus compareceu ao Juizado Especial Cível (JEC) para reclamar de defeitos em um aparelho celular adquirido em uma loja de eletrônicos. Ao chegar à unidade, verificou-se que o representante legal da loja também estava presente, com o objetivo de tratar da mesma controvérsia. Diante da presença simultânea de ambas as partes, o caso foi encaminhado imediatamente ao conciliador para tentativa de composição, sem que houvesse registro prévio do pedido ou citação formal da parte ré.

Considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995 acerca da realização da sessão de conciliação no Juizado Especial Cível, assinale a opção correta.

- (A) A sessão de conciliação não poderá ser instaurada sem o registro formal do pedido e a citação prévia do réu.
- (B) A audiência de conciliação no Juizado Especial Cível somente poderá ocorrer após a apresentação de contestação escrita pela parte ré.
- (C) Comparecendo ambas as partes inicialmente, a sessão de conciliação será instaurada de imediato, dispensados o registro prévio do pedido e a citação.
- (D) A ausência de citação formal gerará nulidade absoluta do ato, mesmo que a parte ré tenha comparecido voluntariamente ao Juizado.
- (E) O comparecimento espontâneo suprirá a citação, mas a sessão de conciliação exigirá intervalo mínimo de dez dias após o registro do pedido.

32

Em demanda proposta perante o Juizado Especial Cível, Joana obteve sentença parcialmente favorável em ação de indenização contra uma loja de produtos para casa. Inconformada com a decisão, decidiu interpor recurso contra a sentença. Para tanto, apresentou petição escrita contendo as razões recursais doze dias após tomar ciência da decisão, sem estar representada por advogado. Após protocolar o recurso, não efetuou o preparo no prazo legal.

Considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995 a respeito do sistema recursal dos Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar que o recurso

- (A) é cabível e será julgado pelo Tribunal de Justiça, independentemente da representação por advogado.
- (B) inominado é tempestivo, pois deve ser interposto no prazo de quinze dias úteis.
- (C) não pode ser conhecido, pois a representação por advogado é obrigatória na fase recursal.
- (D) possui efeito suspensivo automático, impedindo a execução da sentença até o julgamento pela Turma Recursal.
- (E) não é deserto, pois a gratuidade impera durante toda a fase do procedimento no Juizado Especial.

33

Maria Eugênia ajuizou ação de indenização por danos materiais perante o Juizado Especial Cível de determinada comarca contra uma empresa prestadora de serviços. No curso da audiência de conciliação, verificou-se que tanto o domicílio da autora quanto o local da prestação do serviço situavam-se em outra comarca, circunstância que levou o Magistrado a reconhecer a incompetência territorial do Juizado.

À luz da Lei nº 9.099/1995, assinale a afirmativa correta quanto ao reconhecimento da incompetência territorial no Juizado Especial Cível.

- (A) Reconhecida a incompetência territorial, o processo deverá ser extinto, cabendo à parte interessada ajuizar nova ação no juízo competente.
- (B) Reconhecida a incompetência territorial no Juizado Especial Cível, o processo deverá ser remetido ao Juizado competente para prosseguimento do feito.
- (C) A incompetência territorial no Juizado Especial Cível impedirá a extinção do processo, devendo o juiz determinar a redistribuição automática dos autos.
- (D) A incompetência territorial somente poderá ser reconhecida mediante provocação ou após intimação pessoal da parte ré.
- (E) Reconhecida a incompetência territorial, o processo deverá ser suspenso até que a parte autora indique o foro competente.

34

Uma consumidora ajuizou ação de indenização por danos materiais perante o Juizado Especial Cível contra certa sociedade empresária. Ao final do processo, foi proferida sentença condenando a ré ao pagamento de determinada quantia. Após o trânsito em julgado, a sociedade empresária não cumpriu voluntariamente a decisão. A consumidora, então, compareceu à secretaria do Juizado e solicitou verbalmente o início da execução da sentença.

Considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995 quanto ao cumprimento de sentença no Juizado Especial Cível, é correto afirmar que a execução

- (A) deverá ser proposta em ação autônoma perante o juízo competente, sendo necessária nova citação do devedor.
- (B) deverá ocorrer no próprio Juizado, podendo ser iniciada mediante simples solicitação do interessado, inclusive verbal.
- (C) deverá depender necessariamente da apresentação de petição escrita subscrita por advogado.
- (D) somente poderá ser iniciada após nova intimação formal do devedor para cumprir voluntariamente a obrigação.
- (E) no Juizado Especial deverá seguir integralmente o procedimento previsto no Código de Processo Civil, sem qualquer adaptação.

35

Em ação de indenização proposta perante o Juizado Especial Cível, foi proferida sentença julgando parcialmente procedente o pedido formulado pelo autor. Após a publicação da decisão, a parte autora verificou que a sentença continha contradição na fundamentação, além de erro material no valor indicado na condenação. Diante disso, a parte autora opôs embargos de declaração.

Considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que os embargos de declaração

- (A) não são admitidos no Juizado Especial Cível, devendo a parte interpor diretamente o recurso inominado.
- (B) são cabíveis somente contra acórdãos proferidos pela Turma Recursal.
- (C) interrompem o prazo para a interposição de recurso, e os erros materiais podem ser corrigidos de ofício pelo juiz.
- (D) possuem natureza de ação autônoma de impugnação e devem ser processados em autos apartados.
- (E) devem ser interpostos por escrito, no prazo de dez dias, contados da ciência da decisão.

36

No Juizado Especial Cível da Comarca Alpha, foram propostas as seguintes ações:

- I. Ação de alimentos.
- II. Ação decorrente de acidente de trabalho.
- III. Execução de título extrajudicial, no valor de cinco salários mínimos.

À luz da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que o Juizado Especial Cível é competente para processar e julgar o que está contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.

37

Um cidadão impetrou mandado de segurança no Juizado Especial da Fazenda Pública contra determinado Município buscando o fornecimento contínuo de medicamento para tratamento de doença crônica, sem a assistência de um advogado. O valor atribuído à causa foi de 30 salários mínimos.

Considerando a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, assinale a afirmativa correta, com base na Lei nº 12.153/2009.

- (A) O Juizado Especial da Fazenda Pública é competente para processar e julgar o mandado de segurança, pois o valor da causa não ultrapassa 60 salários mínimos.
- (B) O Juizado Especial da Fazenda Pública é competente para processar e julgar mandado de segurança, pois o ente público demandado é o Município.
- (C) Além de o valor da causa ultrapassar o limite para a assistência judiciária facultativa, o Juizado Especial da Fazenda Pública não tem competência para processar e julgar mandado de segurança.
- (D) O Juizado Especial da Fazenda Pública é competente para processar e julgar mandado de segurança quando a demanda envolver direito à saúde.
- (E) O Juizado Especial da Fazenda Pública é competente para processar e julgar mandado de segurança, mas em razão do valor da causa, o cidadão deve ser assistido por um advogado.

38

Determinada servidora pública estadual ajuizou ação perante o Juizado Especial da Fazenda Pública de seu Estado, buscando o pagamento de diferenças remuneratórias decorrentes de progressão funcional não implementada pela administração. O valor atribuído à causa foi de R\$ 40.000,00.

Citada, a Fazenda Pública apresentou contestação e, durante a audiência de conciliação, as partes chegaram a um acordo para o pagamento parcelado da quantia reconhecida como devida. O magistrado homologou o acordo.

Considerando as regras aplicáveis aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a afirmativa correta.

- (A) A homologação de acordo envolvendo a Fazenda Pública é vedada no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, pois os entes públicos não podem transigir em matéria patrimonial.
- (B) O acordo celebrado entre as partes somente poderia ser homologado se previamente autorizado pelo chefe do Poder Executivo do ente público demandado.
- (C) O acordo pode ser celebrado e homologado no âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública, desde que observadas as hipóteses e condições previstas em lei do respectivo ente federativo.
- (D) A conciliação é possível apenas antes da apresentação de contestação pela Fazenda Pública, sendo vedada após o início da fase de instrução do processo.
- (E) A homologação de acordo no Juizado Especial da Fazenda Pública somente é admitida quando o ente público figura na relação processual como terceiro interessado.

39

Determinada sociedade empresária de pequeno porte ajuizou ação no Juizado Especial da Fazenda Pública contra uma empresa pública federal, buscando a restituição de valores pagos a maior, em razão de contrato celebrado entre as partes. O valor atribuído à causa foi de 20 salários mínimos.

Considerando as regras aplicáveis aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ação pode tramitar normalmente, desde que o valor da causa não ultrapasse 60 salários mínimos, sendo as partes legítimas.
- (B) A ação pode tramitar no Juizado Especial da Fazenda Pública porque empresas públicas possuem legitimidade passiva para figurar como réis nesses juizados.
- (C) A ação somente poderia tramitar no Juizado Especial da Fazenda Pública se a autora fosse pessoa física.
- (D) A legitimidade ativa no Juizado Especial da Fazenda Pública é ampla e admite todas as pessoas jurídicas de direito privado.
- (E) A ação não pode tramitar no Juizado Especial da Fazenda Pública, pois empresas públicas federais não possuem legitimidade passiva.

40

Um servidor municipal ajuizou ação no Juizado Especial da Fazenda Pública contra determinado município buscando o pagamento de diferenças remuneratórias. O pedido foi julgado procedente e, após o trânsito em julgado da decisão, apurou-se que o valor devido ao autor correspondia a 05 salários mínimos.

De acordo com a lei municipal, o limite para Requisição de Pequeno Valor (RPV) foi definido como 10 salários mínimos.

Considerando as regras aplicáveis aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, é correto afirmar que o pagamento da condenação

- (A) deverá ser realizado exclusivamente por meio de precatório, independentemente do valor da condenação.
- (B) deverá ocorrer no prazo máximo de 60 dias, contado da entrega da requisição do juiz à autoridade competente.
- (C) somente poderá ocorrer após autorização do chefe do Poder Executivo, no prazo máximo de 60 dias.
- (D) deverá ser efetuado por meio de Requisição de Pequeno Valor, no prazo máximo de 30 dias.
- (E) somente poderá ocorrer após a inclusão do débito no orçamento do ente público, em razão do princípio orçamentário da anualidade.

Direito do Consumidor

41

Uma pequena empresa de Arquitetura contratou serviços especializados de armazenamento de dados em nuvem para guardar projetos técnicos utilizados em sua atividade profissional. Após sucessivas falhas no sistema e perda de arquivos, a empresa ajuizou ação contra a prestadora do serviço, invocando a aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

A fornecedora alegou que o CDC não se aplica ao caso, pois o serviço foi contratado para utilização na atividade econômica da empresa contratante, razão pela qual ela não seria destinatária final do serviço.

Considerando a legislação e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria, assinale a afirmativa correta.

- (A) O CDC poderá ser aplicado se ficar demonstrado que a empresa contratante se encontra em situação de vulnerabilidade técnica, jurídica ou econômica em relação à fornecedora do serviço.
- (B) O CDC aplica-se a todas as relações contratuais envolvendo fornecedores de serviços e pessoas jurídicas, independentemente da finalidade da contratação.
- (C) O CDC não pode ser aplicado ao caso, pois pessoas jurídicas que utilizam produtos ou serviços em sua atividade econômica não são consideradas consumidoras.
- (D) A aplicação do CDC depende exclusivamente da comprovação de defeito no serviço prestado, sendo irrelevante a condição de consumidor da parte contratante.
- (E) O CDC somente pode ser aplicado quando o adquirente do serviço é destinatário final econômico, sendo vedada qualquer flexibilização desse critério.

42

João relata à sua amiga Patrícia, advogada, algumas situações ocorridas em relações de consumo que o desagradaram.

Ele conta que se dirigiu a uma loja de eletrodomésticos para adquirir um aparelho de televisão anunciado em promoção, mas foi informado de que somente poderia comprá-lo se também adquirisse uma garantia estendida oferecida pela loja.

Além disso, em situação anterior, recebeu em sua residência a prestação de um serviço de manutenção sem tê-lo solicitado, sendo posteriormente cobrado por ele. Em outra ocasião, a loja recusou-se a vender determinado produto que estava disponível em estoque, sem apresentar qualquer justificativa. Por fim, ao realizar uma compra, o fornecedor condicionou a conclusão do negócio à contratação de um serviço acessório que ele não desejava, impondo-lhe obrigação sem relação com o objeto principal da transação.

Considerando as práticas abusivas previstas no Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

- (A) Apenas a conduta de exigir a aquisição da garantia estendida para a compra do produto configura prática abusiva, sendo lícitas as demais condutas relatadas.
- (B) Apenas a recusa injustificada de venda de produto disponível em estoque caracteriza prática abusiva, pois o fornecedor tem liberdade para estipular condições comerciais e cobrar pelos serviços prestados.
- (C) A imposição de serviço acessório como condição para a realização da compra não configura prática abusiva, pois decorre do princípio da autonomia privada e da liberdade contratual entre as partes.
- (D) O fornecimento de serviço não solicitado é permitido, desde que o consumidor seja posteriormente informado do preço e possa optar pelo pagamento.
- (E) Todas as condutas relatadas configuram práticas abusivas vedadas pelo Código de Defesa do Consumidor.

43

Durante a realização de uma campanha publicitária, uma empresa de alimentos divulgou amplamente determinado produto no mercado. Dias depois, um lote desse produto apresentou defeito de fabricação, ocasionando explosão da embalagem no interior de um supermercado. Um cliente que estava próximo à prateleira, embora não tivesse adquirido o produto, sofreu lesões decorrentes do acidente.

Considerando a disciplina do consumidor por equiparação prevista no Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a afirmativa correta.

- (A) A pessoa lesionada não pode ser considerada consumidora, pois não adquiriu nem utilizou o produto defeituoso.
- (B) A pessoa lesionada somente poderá ser considerada consumidora se comprovar que pretendia adquirir o produto no momento do acidente.
- (C) A pessoa lesionada pode ser considerada consumidora por equiparação, pois o CDC equipara a consumidor todas as vítimas de acidente de consumo.
- (D) Apenas o consumidor que efetivamente adquiriu o produto defeituoso pode invocar a proteção do CDC em caso de acidente de consumo.
- (E) A pessoa lesionada somente poderá invocar o CDC se demonstrar a existência de contrato com o fornecedor.

44

Roberto adquiriu um veículo zero quilômetro de determinada concessionária. Após três meses de uso regular, o automóvel passou a apresentar falhas intermitentes no sistema de freios, sem identificação imediata da causa nas revisões realizadas pela própria rede autorizada.

Diante da negativa de substituição do veículo, Roberto ajuizou ação indenizatória por danos materiais e morais. Na petição inicial, requereu a inversão do ônus da prova, alegando sua hipossuficiência técnica para demonstrar a origem do defeito, bem como a verossimilhança das alegações, comprovadas por ordens de serviço e registros de atendimento.

O juiz indeferiu o pedido sob o fundamento de que a inversão do ônus da prova somente pode ser determinada na sentença, após a instrução probatória, quando já estiver formada a convicção judicial.

Considerando o caso narrado e as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC) sobre a inversão do ônus da prova, assinale a afirmativa correta.

- (A) A inversão do ônus da prova constitui regra nas relações de consumo, bastando a demonstração da existência do contrato.
- (B) A inversão do ônus da prova é direito básico do consumidor, podendo ser determinada pelo magistrado quando presentes a verossimilhança das alegações ou a hipossuficiência, devendo ocorrer preferencialmente antes da fase instrutória.
- (C) A inversão do ônus da prova somente pode ser declarada na sentença, pois depende da análise conclusiva do conjunto probatório.
- (D) A hipossuficiência mencionada no art. 6º, VIII, do CDC é exclusivamente econômica, não abrangendo aspectos técnicos ou informacionais.
- (E) A inversão do ônus da prova somente se aplica às hipóteses de responsabilidade por fato do produto, não incidindo nos casos de vício.

45

Carla adquiriu, em 10 de janeiro de 2020, um refrigerador de uma grande rede varejista, com garantia contratual de 12 meses. O produto passou a apresentar falhas intermitentes no sistema de refrigeração após cerca de sete meses de uso, o que levou a consumidora a acionar a assistência técnica autorizada da fabricante em 20 de agosto de 2020.

Após três tentativas frustradas de reparo, a assistência técnica devolveu o produto em 10 de novembro de 2020, afirmando ter solucionado o defeito. Contudo, o problema persistiu e se agravou, causando a perda de alimentos e danos a outros bens armazenados no refrigerador.

Nesse contexto, e diante da persistência do vício e dos prejuízos experimentados, Carla somente ingressou com ação judicial em 15 de dezembro de 2022, pleiteando: (i) a restituição do valor pago pelo produto; (ii) indenização pelos danos materiais decorrentes da perda de alimentos; e (iii) indenização por danos morais.

Em razão do lapso temporal, a empresa ré sustentou que houve decadência do direito da consumidora quanto ao vício do produto, bem como prescrição da pretensão indenizatória.

À luz do caso narrado e da disciplina do Código de Defesa do Consumidor quanto aos prazos decadenciais do vício do produto e ao prazo prescricional para a reparação de danos dele decorrentes, assinale a afirmativa correta.

- (A) O prazo decadencial de 90 dias aplicável aos vícios de produtos duráveis conta-se da data da aquisição do bem pelo consumidor, não se suspendendo em razão de reclamações administrativas ou tentativas de reparo realizadas pelo fornecedor.
- (B) Tanto a pretensão de substituição do produto defeituoso quanto a de reparação pelos danos causados ao consumidor submetem-se ao mesmo prazo quinquenal previsto no Código de Defesa do Consumidor, contado da data da aquisição do bem.
- (C) Nas relações de consumo envolvendo vício do produto e danos dele decorrentes aplica-se exclusivamente o prazo prescricional geral previsto no Código Civil, afastando-se a incidência de prazos decadenciais específicos previstos no Código de Defesa do Consumidor.
- (D) O prazo decadencial de 90 dias relativo ao vício em produto durável inicia-se quando o defeito se torna aparente ou de fácil constatação, podendo ser obstado por reclamação do consumidor e a pretensão de reparação por danos causados pelo defeito do produto submete-se ao prazo prescricional de cinco anos.
- (E) A realização de tentativas de reparo pelo fornecedor configura reconhecimento do defeito e impede a fluência de qualquer prazo decadencial ou prescricional enquanto não houver solução definitiva para o problema apresentado pelo produto.

46

O Ministério da Justiça, em parceria com órgãos estaduais de defesa do consumidor e entidades civis, instituiu programa nacional voltado à educação para o consumo digital, com foco na transparência das plataformas eletrônicas e na prevenção de práticas comerciais abusivas.

No âmbito do programa, foram adotadas diversas medidas, entre elas: (i) incentivo à criação de mecanismos de autorregulação pelos fornecedores; (ii) ampliação da educação e informação dos consumidores sobre seus direitos; (iii) estímulo à harmonização dos interesses entre consumidores e fornecedores, com base na boa-fé e no equilíbrio das relações de consumo; e, (iv) fortalecimento da atuação integrada entre órgãos administrativos e entidades civis de defesa do consumidor.

Uma associação empresarial questionou judicialmente a legalidade do programa, alegando que tais medidas representariam intervenção excessiva do Estado nas relações privadas de consumo, violando a liberdade econômica dos fornecedores.

Considerando o caso narrado e os princípios e objetivos da Política Nacional das Relações de Consumo (PNRC), previstos no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta.

- (A) A PNRC orienta-se prioritariamente pela liberdade econômica e pela autonomia privada dos fornecedores, sendo excepcional a intervenção estatal destinada à proteção do consumidor.
- (B) A PNRC fundamenta-se no princípio da neutralidade estatal nas relações de mercado, cabendo aos consumidores assumir integralmente os riscos decorrentes de suas decisões de consumo.
- (C) A atuação estatal na PNRC limita-se à repressão de práticas abusivas após sua ocorrência, sendo vedada a implementação de políticas preventivas ou educativas voltadas ao mercado de consumo.
- (D) A PNRC atribui exclusivamente ao Poder Judiciário a função de assegurar a proteção do consumidor, não cabendo à administração pública ou a entidades civis exercer atividades de orientação ou fiscalização.
- (E) A PNRC busca compatibilizar a proteção do consumidor com o desenvolvimento econômico e tecnológico, promovendo a harmonização dos interesses dos participantes do mercado com base na boa-fé e no equilíbrio das relações de consumo.

47

O PROCON de um Município instaurou processo administrativo contra determinada instituição financeira após identificar elevado número de reclamações relacionadas à oferta de crédito consignado a idosos, com indícios de ausência de informação clara sobre o custo efetivo total e descontos automáticos em folha.

No curso do processo, a instituição financeira sustentou que o PROCON não poderia atuar no caso, pois os consumidores poderiam recorrer diretamente ao Poder Judiciário, sendo indevida a atuação administrativa prévia. Alegou ainda que a função do órgão administrativo deveria se limitar à mediação de conflitos individuais, não sendo legítima a imposição de sanções com fundamento em diretrizes gerais da Política Nacional das Relações de Consumo.

Considerando o caso narrado e a Política Nacional das Relações de Consumo (PNRC) quanto à atuação e ao poder sancionatório dos órgãos de defesa do consumidor, é correto afirmar que

- (A) o PROCON somente pode atuar mediante provocação individual do consumidor, pois a PNRC não prevê atuação administrativa de ofício.
- (B) o exercício do poder sancionatório do PROCON viola a PNRC, pois a harmonização das relações de consumo afasta a possibilidade de repressão administrativa.
- (C) a atuação do PROCON é legítima, pois a PNRC prevê ação governamental para proteger efetivamente o consumidor, inclusive por meio de fiscalização e repressão eficiente de abusos.
- (D) a imposição de sanções administrativas somente pode ocorrer após decisão judicial transitada em julgado, sob pena de violação à vulnerabilidade do consumidor.
- (E) a PNRC restringe-se à formulação de diretrizes programáticas, não conferindo fundamento jurídico autônomo à atuação administrativa sancionadora.

48

Carla adquiriu, por meio de plataforma digital, um aparelho celular anunciado como “resistente à água até 3 metros de profundidade”. Após utilizar o produto em piscina residencial, dentro do limite informado na oferta, o aparelho apresentou falha irreversível.

Ao procurar o fornecedor, foi informada de que o defeito decorreria de “mau uso”, pois o manual interno continha cláusula excluindo a garantia para contato com água tratada com cloro. Tal informação, contudo, não constava no anúncio nem foi destacada no momento da contratação eletrônica.

Inconformada, Carla ajuizou ação pleiteando substituição do produto e indenização por danos morais, alegando violação a direitos básicos do consumidor.

Considerando o caso narrado e os direitos básicos do consumidor, especialmente quanto à informação adequada e à publicidade, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

- (A) não há violação a direito básico do consumidor, pois o manual integra o contrato e afasta a responsabilidade do fornecedor, prevalecendo a autonomia contratual.
- (B) há violação ao direito básico à informação adequada e clara, bem como à proteção contra publicidade enganosa, inclusive por omissão.
- (C) não é possível invocar diretamente os direitos básicos do consumidor como fundamento autônomo da pretensão, pois o caso deve ser resolvido à luz da disciplina dos vícios do produto.
- (D) a responsabilidade do fornecedor depende da comprovação de culpa, pois a exclusão de garantia está prevista no manual técnico do produto.
- (E) não há violação ao dever de informação, pois as limitações técnicas constam no manual do produto, acessível ao consumidor após a compra.

49

Cláudio contratou serviço de streaming por meio de adesão eletrônica, mediante aceite digital das condições gerais previamente elaboradas pelo fornecedor. O contrato continha cláusula limitando a responsabilidade da empresa por falhas na prestação do serviço, prevendo que eventual indenização estaria restrita ao valor de uma mensalidade. A cláusula estava inserida em meio a extenso texto contratual, sem destaque gráfico, em fonte padronizada e de difícil leitura.

Após sucessivas interrupções indevidas do serviço durante transmissão de evento esportivo exclusivo, Cláudio ajuizou ação pleiteando reparação integral dos danos materiais e morais sofridos. A empresa sustentou que a cláusula limitativa era válida, pois Cláudio manifestou concordância expressa ao aceitar os termos do contrato.

Considerando o caso narrado e as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC) sobre cláusulas limitativas de responsabilidade em contratos de adesão, a cláusula

- (A) é válida, pois nos contratos de adesão o aceite eletrônico supre qualquer exigência formal quanto à ciência do consumidor.
- (B) é válida, desde que não ultrapasse o valor total do contrato celebrado entre as partes.
- (C) não é oponível ao consumidor, pois inserida em contrato de adesão, sem redação destacada para permitir imediata e fácil compreensão.
- (D) é nula, pois o CDC proíbe qualquer limitação contratual de responsabilidade.
- (E) é válida, pois a liberdade contratual autoriza o fornecedor a fixar previamente limites indenizatórios em contratos de adesão.

50

João contratou seguro de vida junto à seguradora Alfa S/A, preenchendo proposta de adesão padronizada fornecida pela empresa. No momento da contratação, não foram exigidos exames médicos nem realizada qualquer avaliação clínica do segurado, limitando-se a seguradora a coletar informações básicas no questionário.

Dois anos após a contratação, mas ainda na vigência do contrato em razão de renovação, João foi diagnosticado com grave doença cardíaca e veio a falecer poucos meses depois. Ao requerer o pagamento da indenização securitária, os beneficiários foram surpreendidos com a negativa da seguradora, que alegou tratar-se de doença preexistente à contratação do seguro.

Inconformados, os beneficiários ajuizaram ação judicial visando ao recebimento da indenização securitária.

À luz do caso narrado e do entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça e da legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

- (A) A seguradora pode negar o pagamento da indenização securitária sempre que demonstrar que a doença era anterior à contratação, independentemente da realização de exames médicos ou prova de má-fé do segurado.
- (B) A negativa de cobertura é válida, pois o contrato de seguro se rege pelo princípio da boa-fé objetiva, cabendo ao segurado provar que desconhecia a doença preexistente no momento da contratação.
- (C) A recusa de cobertura securitária é ilícita quando a seguradora não exige exames médicos prévios à contratação nem comprova má-fé do segurado ao omitir doença preexistente.
- (D) A seguradora somente pode negar a cobertura se a doença preexistente estiver expressamente prevista no contrato como cláusula limitativa, independentemente de prova de má-fé.
- (E) A existência de doença preexistente impede automaticamente o pagamento da indenização securitária, pois o contrato de seguro exige risco futuro e incerto.

51

Fernanda celebrou contrato de promessa de compra e venda de unidade imobiliária em empreendimento residencial ainda em fase de construção, firmado com a construtora Alfa Empreendimentos S/A.

O contrato previa prazo de entrega da obra em 36 meses, com tolerância de 180 dias. Também estabelecia cláusula penal moratória exclusivamente em desfavor da compradora, aplicável no caso de atraso no pagamento das parcelas.

Transcorrido o prazo contratual acrescido do período de tolerância, a obra permaneceu inacabada por mais de um ano, impedindo a imissão da compradora na posse do imóvel. Diante disso, Fernanda ajuizou ação judicial pleiteando indenização pelo atraso na entrega da obra, requerendo a aplicação da cláusula penal contratual em desfavor da construtora, por analogia.

A construtora contestou alegando que a cláusula penal foi pactuada exclusivamente para o inadimplemento do comprador e que não poderia ser aplicada contra o fornecedor.

Com base no caso narrado, considerando as normas do Código de Defesa do Consumidor e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta sobre cláusula penal em contratos imobiliários.

- (A) A cláusula penal contratual pode ser aplicada apenas ao comprador, pois foi pactuada exclusivamente para o caso de inadimplemento das obrigações assumidas pelo consumidor.
- (B) A cláusula penal contratual deve ser aplicada apenas ao vendedor, pois o atraso na entrega do imóvel caracteriza inadimplemento absoluto do fornecedor.
- (C) A cláusula penal contratual estipulada exclusivamente contra o comprador pode ser invertida em favor do consumidor em caso de atraso na entrega do imóvel pela construtora.
- (D) A cláusula penal deve ser declarada integralmente nula, pois viola o princípio da igualdade contratual nas relações de consumo.
- (E) A aplicação da cláusula penal em desfavor da construtora depende de revisão judicial prévia da validade do contrato.

52

Paulo trafegava em rodovia federal administrada pela concessionária ViaNorte S/A, explorada mediante contrato de concessão e sujeita à cobrança de pedágio. Durante o trajeto, seu veículo colidiu com um cavalo que se encontrava solto na pista de rolamento, ocasionando graves danos materiais e lesões corporais no motorista.

Em ação indenizatória ajuizada contra a concessionária, esta sustentou que não poderia ser responsabilizada, pois o animal pertencia a terceiro desconhecido e que a presença do animal na pista configuraria fato de terceiro, rompendo onexo causal. Alegou ainda que, por se tratar de serviço público concedido, não se aplicariam as regras do Código de Defesa do Consumidor.

À luz da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta a respeito do caso narrado.

- (A) A concessionária responde subjetivamente pelos danos decorrentes do acidente, aplicando-se o Código Civil, pois a relação entre usuário e concessionária não se submete ao Código de Defesa do Consumidor.
- (B) A concessionária responde objetivamente pelos danos decorrentes do acidente, com fundamento na responsabilidade civil do Estado, não incidindo o Código de Defesa do Consumidor nas relações entre usuário e concessionária.
- (C) A concessionária responde objetivamente pelos danos causados pela presença de animais domésticos na pista, incidindo o Código de Defesa do Consumidor por se tratar de relação de consumo entre o usuário da rodovia e a concessionária do serviço.
- (D) A concessionária somente responde pelos danos decorrentes do acidente se demonstrada falha específica na fiscalização da rodovia, aplicando-se subsidiariamente o Código de Defesa do Consumidor.
- (E) A concessionária não responde pelos danos decorrentes de acidentes causados por animais na pista quando demonstrado que o animal pertence a terceiro, hipótese em que não se aplica o Código de Defesa do Consumidor.

53

Carla realizou cirurgia bariátrica para tratamento de obesidade mórbida, após anos de acompanhamento médico. O procedimento foi bem sucedido, mas a grande perda de peso, resultou em excesso de pele na região do abdômen e em outras regiões do corpo, causando dermatites recorrentes, dificuldades de locomoção e limitações funcionais.

Diante desse quadro, seu médico assistente indicou a realização de cirurgia plástica reparadora, com finalidade funcional e terapêutica. Ao solicitar a autorização do procedimento, a operadora do plano de saúde negou a cobertura, sob o argumento de que se trataria de procedimento estético, não incluído no contrato.

Com base no caso apresentado, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a cobertura de cirurgia plástica pós-bariátrica por planos de saúde, assinale a afirmativa correta.

- (A) A operadora de plano de saúde não está obrigada a custear cirurgia plástica indicada após cirurgia bariátrica, pois tais procedimentos possuem natureza estética e dependem de previsão contratual expressa.
- (B) A cirurgia plástica indicada após cirurgia bariátrica possui natureza estética presumida, cabendo ao paciente comprovar que o procedimento possui finalidade reparadora para que haja cobertura obrigatória pelo plano de saúde.
- (C) A cirurgia plástica indicada pelo médico assistente após cirurgia bariátrica deve ser custeada pelo plano de saúde quando possuir caráter reparador ou funcional, podendo a operadora, diante de dúvida razoável quanto à natureza estética do procedimento, instaurar junta médica para dirimir a divergência técnica.
- (D) A operadora de plano de saúde pode negar cobertura para cirurgia plástica pós-bariátrica sempre que houver divergência entre o médico assistente e o corpo clínico da operadora.
- (E) A operadora de plano de saúde somente está obrigada a custear cirurgia plástica após cirurgia bariátrica quando houver previsão expressa no rol de procedimentos obrigatórios da ANS.

54

Luciano possuía débito vencido junto à instituição financeira Alfa S/A, razão pela qual teve seu nome regularmente inscrito em cadastro de inadimplentes mantido por órgão de proteção ao crédito. Ocorre que, mesmo após o pagamento integral da dívida por meio de transferência bancária, sendo o valor imediatamente disponibilizado ao credor em dia útil, seu nome permaneceu inscrito no cadastro restritivo por mais de duas semanas após a quitação do débito.

Com base no narrado e à luz do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- (A) A exclusão do registro negativo após a quitação da dívida constitui obrigação do próprio consumidor, que deve solicitar diretamente ao órgão de proteção ao crédito a retirada de seu nome do cadastro.
- (B) A exclusão do registro negativo após o pagamento da dívida constitui obrigação solidária entre credor e órgão mantenedor do cadastro, podendo qualquer deles promover a baixa do registro.
- (C) A exclusão do registro negativo após o pagamento da dívida constitui obrigação exclusiva do órgão de proteção ao crédito, responsável pela manutenção e atualização das informações cadastrais.
- (D) A exclusão do registro negativo após a quitação da dívida depende de solicitação formal do consumidor ao credor ou ao órgão mantenedor do cadastro de inadimplentes.
- (E) A exclusão do registro negativo após o pagamento da dívida constitui obrigação do credor, que deve requerer a retirada da inscrição no prazo máximo de cinco dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à completa disponibilização do valor necessário à quitação do débito.

55

Um consumidor pessoa natural, de boa-fé, contraiu diversos contratos de crédito que passaram a comprometer quase toda a sua renda mensal, impedindo-o de custear despesas essenciais de moradia, alimentação e saúde.

Diante disso, ele buscou judicialmente a repactuação de suas dívidas com todos os credores.

À luz do Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a afirmativa que descreve corretamente o regime jurídico aplicável à repactuação de dívidas de consumidor.

- (A) O consumidor superendividado tem direito à revisão judicial de seus contratos de crédito, independentemente de sua boa-fé, sempre que demonstrar incapacidade de pagar suas dívidas.
- (B) A legislação sobre superendividamento permite a repactuação das dívidas do consumidor, mas veda que se considere a preservação do mínimo existencial como limite ao pagamento dos credores.
- (C) O regime do superendividamento aplica-se a qualquer devedor civil, inclusive pessoas jurídicas e consumidores que tenham contraído dívidas com intenção fraudulenta.
- (D) O tratamento do superendividamento assegura ao consumidor o direito à repactuação das dívidas, com preservação do mínimo existencial e estímulo às práticas de crédito responsável pelos fornecedores.
- (E) A repactuação de dívidas prevista no CDC permite ao juiz extinguir unilateralmente todas as dívidas do consumidor superendividado, independentemente da participação dos credores.

Direito Civil

56

O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com suas finalidades econômicas e sociais, de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como seja evitada a poluição do ar e das águas.

No contexto do direito à propriedade, nos termos do Código Civil, é correto afirmar que

- (A) o proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, exclusivamente por necessidade ou utilidade pública, não se aplicando tal medida aos casos de interesse social.
- (B) os frutos e os demais produtos da coisa pertencem ao seu proprietário, ainda quando separados, salvo se, por preceito jurídico especial, couberem a outrem.
- (C) a propriedade do solo abrange as jazidas, as minas e os demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais, em razão de sua natureza absoluta.
- (D) a propriedade do solo abrange o espaço aéreo e o subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício, podendo o proprietário opor-se a atividades realizadas por terceiros, ainda que a altura ou profundidade não interfiram na sua propriedade, atuando de forma preventiva quanto a evento condicional.
- (E) o proprietário pode ser privado da coisa se o imóvel reivindicado consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de vinte anos, de considerável número de pessoas, ainda que não tenham sido realizadas, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo juiz de relevante interesse social e econômico, visto que violaria o caráter absoluto da propriedade.

57

O uso anormal da propriedade impacta a coletividade e compromete o equilíbrio nas relações de vizinhança e o bem-estar comum.

Acerca desse tema do Código Civil, previsto em seção própria, é correto afirmar que

- (A) os frutos caídos de árvore do terreno vizinho pertencem, em regra, ao dono da árvore, ainda que tenham caído em solo de propriedade particular.
- (B) o vizinho poderá exigir a redução ou a eliminação das interferências, ainda que essas devam ser toleradas por decisão judicial, quando tal medida se tornar possível.
- (C) o proprietário ou o possuidor não poderá exigir do dono do prédio vizinho a demolição ou a reparação desse, quando ameaça ruína, sendo cabível, contudo, o direito à reparação por danos morais e materiais decorrentes de ato ilícito.
- (D) o dono do prédio que não tiver acesso à via pública, nascente ou porto, poderá, mediante pagamento de indenização cabal, constranger, à sua escolha, o vizinho que lhe convir, que deverá lhe dar passagem, ainda que haja outro imóvel mais próximo, em razão do caráter absoluto da propriedade.
- (E) o proprietário ou o possuidor de um prédio poderá fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha, desde que essa não esteja situada a mais de trezentos metros de distância, hipótese em que se reconhece o caráter privativo da propriedade.

58

Luana perdera um colar na Praia do Farol da Barra durante suas férias. Por se tratar de herança de família, de elevado valor sentimental, divulgou promessa de recompensa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em todas as suas redes sociais.

Márcio, interessado na recompensa, adquiriu um detector de metais profissional pelo valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e realizou buscas por dias ao longo de toda extensão da orla.

Luana, já conformada com a perda do objeto, decidiu revogar a promessa de recompensa, dando a devida publicidade ao ato em suas redes sociais.

Pouco tempo depois, Márcio, sem conhecimento da revogação, encontrou o colar de Luana, que por sua vez o rejeitou ante o seu atual desinteresse no objeto.

Nesse contexto, considerando as disposições do Código Civil acerca da promessa de recompensa, é correto afirmar que Márcio terá direito

- (A) apenas ao reembolso das despesas realizadas em suas buscas pelo colar, desde que tenha atuado de boa-fé.
- (B) apenas ao reembolso das despesas realizadas em suas buscas pelo colar, ainda que tenha atuado de má-fé.
- (C) apenas à recompensa prometida, se não tiver tido conhecimento cabal da revogação da promessa, desde que tenha atuado de boa-fé.
- (D) ao reembolso das despesas realizadas nas buscas pelo colar e à recompensa prometida, se não tiver tido conhecimento cabal da revogação da promessa, desde que tenha atuado de boa-fé.
- (E) ao reembolso das despesas realizadas nas buscas pelo colar e à recompensa prometida, se não tiver tido conhecimento cabal da revogação da promessa, ainda que tenha atuado de má-fé.

59

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942) prevê que a Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

Nesse contexto, considerando suas disposições, é correto afirmar que

- (A) ato jurídico perfeito é aquele já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou, desde que não alcançado o lapso de 90 (noventa) dias entre a lei revogada e a lei revogadora.
- (B) coisa julgada ou caso julgado é a decisão judicial, administrativa ou controladora de que já não caiba recurso com efeito suspensivo.
- (C) ato jurídico perfeito é aquele que se consumará em até 90 (noventa) dias após o advento do termo inicial, desde que não haja impugnação judicial ou administrativa.
- (D) direitos adquiridos são os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- (E) direitos adquiridos são aqueles que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição preestabelecida inalterável, a arbitrio de outrem.

60

A Lei dos Juizados Especiais Cíveis (Lei nº 9099/1995) prevê que compete, para as causas previstas nela, entre outros, o Juizado do foro do domicílio do réu, do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita, do domicílio do autor e do local do ato ou fato, nos casos e condições ali previstas.

Nesse contexto, considerando as regras sobre domicílio das pessoas naturais e jurídicas previstas no Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Se a pessoa natural tiver diversas residências onde alternadamente viva, considerar-se-á seu domicílio aquela que for indicada como principal para as autoridades municipais.
- (B) Se a pessoa natural exercitar profissão em lugares diversos, apenas aquele no qual aufera a maior renda líquida constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.
- (C) O domicílio da pessoa natural que não tenha residência habitual é o local onde viveu por mais tempo ou, subsidiariamente, no qual foi vista pela última vez.
- (D) Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio dos Estados e Territórios são as respectivas capitais e o domicílio do Município é o lugar onde funcione a administração municipal.
- (E) muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar. A prova da intenção resultará do que declarar a pessoa ao TSE, no ato de solicitação de modificação do domicílio eleitoral.

61

A invalidade dos negócios jurídicos visa preservar a segurança jurídica e a boa-fé nas relações interpessoais.

A esse respeito, de acordo com as disposições do Código Civil, é correto afirmar que

- (A) será anulável o negócio jurídico quando for celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- (B) será anulável o negócio jurídico se for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.
- (C) será nulo o negócio jurídico se a lei taxativamente o declará-lo nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção.
- (D) será nulo o negócio jurídico por incapacidade relativa do agente e por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
- (E) poderá ser confirmado o negócio jurídico nulo pelas partes, ressalvado o direito de terceiro, hipótese na qual será realizada análise causal do impacto no objeto.

62

O instituto da prescrição desempenha papel essencial na organização e na estabilidade das relações jurídicas, traduzindo-se em verdadeiro elemento de pacificação social.

Acerca das causas desse instituto, nos termos do Código Civil, é correto afirmar que

- (A) não corre a prescrição contra os absolutamente incapazes, nem contra os relativamente incapazes.
- (B) não corre a prescrição pendendo condição resolutiva, não estando vencido o prazo nem pendendo ação de evicção.
- (C) suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveita aos demais se a obrigação for indivisível.
- (D) quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo empresarial, não corre a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.
- (E) interrompe a prescrição o despacho do juiz competente que ordenar a citação, desde que o interessado a promova no prazo e na forma da lei processual.

63

José é locatário de imóvel residencial e mantém um contrato regularmente firmado com o sublocatário Pedro.

No mês de janeiro do ano corrente, José torna-se inadimplente, e sua prima Carla, que não possui qualquer relação jurídica com ele, solidariza-se e efetua o pagamento da dívida.

No mês de fevereiro, José torna-se inadimplente novamente e, nessa ocasião, Pedro realiza o pagamento, visto que tem interesse na manutenção do contrato de aluguel, em razão de sua posição de sublocatário.

Considerando as disposições do Código Civil acerca do adimplemento e da extinção das obrigações, é correto afirmar que

- (A) qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, valendo-se, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor.
- (B) o terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito de reembolsar-se do que pagar e sub-rogar-se nos direitos do credor.
- (C) o terceiro interessado, que paga a dívida em nome alheio, não tem direito de reembolsar-se do que pagar, nem se sub-rogar nos direitos do credor.
- (D) o pagamento feito por terceiro, ainda que com conhecimento e concordância do devedor, não obriga a reembolsar aquele que pagou, se o devedor tinha meios para ilidir a ação.
- (E) o terceiro interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito de reembolsar-se do que pagar, mas não se sub-rogar nos direitos do credor.

64

Doação é o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere bens ou vantagens de seu patrimônio para o de outra.

No que tange a esse instituto jurídico, de acordo com as disposições do Código Civil é correto afirmar que a doação

- (A) far-se-á exclusivamente por escritura pública e registrada em cartório de títulos e documentos.
- (B) de ascendentes a descendentes, ou de um cônjuge a outro, importa adiantamento do que lhes cabe por herança.
- (C) realizada ao nascituro é inválida, ainda que seja aceita pelo seu representante legal.
- (D) de todos os bens, sem reserva de parte ou renda suficiente para a subsistência do doador, é anulável.
- (E) sob a forma de subvenção periódica ao beneficiado não se extingue morrendo o doador, podendo ultrapassar a vida do donatário, salvo disposição em contrário.

65

Pedro, criança de 11 anos de idade, ao andar de bicicleta no condomínio onde mora, acaba por amassar e arranhar o carro de um dos moradores, causando danos mensuráveis

No que tange à responsabilidade civil e à obrigação de indenizar, nos termos do Código Civil, é correto afirmar que Pedro

- (A) responderá pelos prejuízos causados exclusivamente se estiver na guarda e na companhia de seus genitores no momento do evento danoso.
- (B) não responderá pelos prejuízos causados, visto que os absolutamente e os relativamente incapazes não podem ser sancionados civilmente pelo ordenamento jurídico.
- (C) responderá pelos prejuízos causados, ainda que as pessoas por ele responsáveis não tenham obrigação de fazê-lo ou não disponham de meios suficientes, ante o dever de observância do princípio da reparação integral do dano.
- (D) e seus responsáveis responderão solidariamente pelos prejuízos causados, devendo a indenização ser arbitrada de forma equitativa, entre vinte e quarenta salários-mínimos, desde que não prive do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependem.
- (E) responderá pelos prejuízos causados se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes, devendo a indenização ser equitativa, não se aplicando se privar do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependem.

66

Ana Carolina foi condenada, com trânsito em julgado, pelo crime de lesão corporal seguida de morte.

Os familiares da vítima ajuizaram ação de indenização por danos morais, buscando a reparação do dano que sofreram. Em sede de contestação, Ana Carolina negou a autoria e a existência do fato, aduzindo, em sua defesa, que diversas provas não foram analisadas pelo juízo criminal, o que impactou negativamente o desfecho do processo.

Nesse contexto, nos termos das disposições acerca da responsabilidade civil previstas no Código Civil, é correto afirmar que a responsabilidade civil é

- (A) independente da criminal, podendo Ana Carolina questionar livremente a existência do fato e sua autoria, ainda que já decididas no juízo criminal, em nome do princípio do *in dubio pro reo*.
- (B) independente da criminal, mas não pode Ana Carolina questionar a existência do fato ou negar sua autoria, visto que tais questões são vinculativas e já foram decididas no juízo criminal.
- (C) dependente da criminal, não podendo Ana Carolina questionar qualquer questão no juízo cível, visto que são vinculativas e já foram decididas no juízo criminal.
- (D) dependente da criminal, mas pode Ana Carolina questionar livremente a existência do fato e sua autoria, ainda que já decididas no juízo criminal, em nome do princípio do *in dubio pro reo*.
- (E) dependente da criminal, mas não se vincula quando a temática envolve ilícitos penais que também caracterizam ilícitos civis, em razão da vedação à dupla punição prevista no código civil e nos tratados internacionais de direitos humanos.

67

O direito de laje foi instituído no Código Civil por meio da Lei nº 13.465/2017 e teve por objetivo promover a regularização fundiária urbana, em respeito ao direito fundamental à moradia e aos princípios da dignidade da pessoa humana e da função social da propriedade.

Nesses termos, quanto ao direito de laje e às disposições do Código Civil é correto afirmar que

- (A) os Municípios e o Distrito Federal poderão dispor sobre posturas edilícias e urbanísticas associadas ao direito real de laje.
- (B) a ruína da construção-base implica extinção do direito real de laje, salvo, entre outras hipóteses, se a construção-base for reconstruída no prazo de 10 (dez) anos.
- (C) desde que expressamente previsto em contrato registrado em cartório, é vedado ao titular da laje prejudicar, por meio de obras novas ou de falta de reparação, a segurança, a linha arquitetônica ou o arranjo estético do edifício.
- (D) o titular da laje não poderá ceder a superfície de sua construção para a instituição de um sucessivo direito real de laje, ainda que haja autorização expressa dos titulares da construção-base e das demais lajes, ante o desrespeito às posturas edilícias e urbanísticas vigentes.
- (E) o direito real de laje não contempla o espaço aéreo nem o subsolo de terrenos públicos ou privados, tomados em projeção vertical como unidade imobiliária autônoma, não contemplando, também, as demais áreas edificadas ou não pertencentes ao proprietário da construção-base.

68

A Lei nº 13.709/2018 dispõe sobre o tratamento de dados pessoais com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Com base nas disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), é correto afirmar que o tratamento de dados pessoais sensíveis sem o fornecimento de consentimento do titular, somente poderá ocorrer, entre outras, na hipótese em que for indispensável para

- (A) a proteção da vida, do patrimônio, da incolumidade física e psicológica exclusivamente do titular.
- (B) o cumprimento de obrigação contratual ou judicial pelo controlador.
- (C) o tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela Administração Pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos.
- (D) o exercício regular de direitos, exceto em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, esse último integralmente regulamentado pela Lei de Arbitragem.
- (E) a tutela da segurança pública, do meio ambiente, e da previdência, exclusivamente, em procedimentos realizados por agentes públicos de referidas áreas.

69

A lei nº 12.965/2014 disciplina o uso da internet no Brasil, tendo como fundamentos, entre outros, o respeito à liberdade de expressão e a finalidade social da rede.

No que tange à guarda de Registros de Acesso a Aplicações de Internet na Provisão de Aplicações, com base no Marco Civil da Internet, é correto afirmar que

- (A) ressalvadas as hipóteses previstas na Lei nº 12.965/2014, a opção por não guardar os registros de acesso a aplicações de internet implica responsabilidade imediata e direta sobre danos decorrentes do uso desses serviços por terceiros.
- (B) ordem judicial poderá obrigar, por tempo indeterminado, que quaisquer provedores de aplicações de internet guardem registros de acesso a aplicações de internet, ainda que não se tratem de registros relativos a fatos específicos em período determinado.
- (C) a autoridade policial, a administrativa ou o Ministério Público poderão requerer cautelarmente, a qualquer provedor de aplicações de internet, a guarda de registros de acesso a aplicações de internet, inclusive por prazo superior a 6 (seis) meses, observadas as demais disposições previstas na lei.
- (D) o Tribunal de Contas e os titulares de serventias extrajudiciais poderão requerer cautelarmente a provedores de internet situados em sua área de abrangência a guarda de registros de acesso a aplicações de internet, pelo prazo de até 4 (quatro) meses, observadas as demais disposições previstas na lei.
- (E) o provedor de aplicações de internet constituído na forma de pessoa jurídica e que exerça essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos deverá manter, sob sigilo, os respectivos registros de acesso a aplicações de internet, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 12 (doze) meses, nos termos do regulamento.

70

Juliano, universitário, alugou imóvel residencial pelo prazo contratual de 3 (três) anos e teve como fiadora sua tia Ana, proprietária de diversos imóveis na capital do Estado.

Findo o período de 3 (três) anos, o contrato principal e a fiança foram renovados automaticamente, nos termos das cláusulas contratuais correlatas, tendo Juliano continuado na posse do imóvel por mais 2 (dois) anos, até o advento de seu despejo pela inadimplência. Nessa ocasião, Ana foi instada a arcar com o débito, ante sua posição de fiadora.

Considerando o caso concreto e a jurisprudência das Cortes Superiores sobre o instituto da fiança, é correto afirmar, com relação ao débito, que Ana

- (A) é responsável, sendo válida a cláusula de prorrogação automática da fiança na renovação do contrato principal, dependendo a sua exoneração, como fiadora, de notificação nos termos do Código Civil, mantendo-se a responsabilidade por 60 (sessenta) dias após a notificação do credor.
- (B) é responsável, sendo, contudo, inválida a cláusula de prorrogação automática da fiança na renovação do contrato principal, decorrendo sua responsabilidade dos princípios da boa-fé objetiva e da função social dos contratos, aplicáveis tanto às relações cíveis quanto às consumeristas.
- (C) não é responsável, sendo inválida a cláusula de prorrogação automática da fiança na renovação do contrato principal, dependendo sua exoneração do simples término do contrato principal, nos termos do Código Civil e dos princípios da boa-fé e da previsibilidade.
- (D) não é responsável, sendo, contudo, válida a cláusula de prorrogação automática da fiança, desde que haja renovação da assinatura no bojo do novo contrato, oriundo da prorrogação automática, acarretando unicamente responsabilidade por danos morais, a ser apurada em processo próprio.
- (E) é responsável, sendo válida a cláusula de prorrogação automática da fiança na renovação do contrato principal, dependendo sua exoneração, na qualidade de fiadora, de notificação nos termos do Código Civil, mantendo-se a responsabilidade por 180 (cento e oitenta) dias após a notificação do credor, exclusivamente pela via judicial.

Direito Processual Civil

71

A instituição de ensino Estude Mais ME ajuizou ação no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis com o fim de realizar cobrança de mensalidades em atraso de Gabriel, ex-aluno que se encontra inadimplente.

Após a citação, durante suas pesquisas para elaborar sua defesa, o réu constatou que o Magistrado titular do Juizado Especial no qual tramita a ação é professor da instituição de ensino, existindo contrato de prestação de serviços firmado entre ele e a parte autora.

Diante de tal constatação, à luz do que dispõem o Código de Processo Civil e a Lei nº 9.099/1995 sobre o tema, é correto afirmar que o réu deverá

- (A) aguardar o momento de apresentação da defesa para alegar o impedimento do Magistrado.
- (B) aguardar o momento de apresentação da defesa para alegar a suspensão do Magistrado.
- (C) alegar o impedimento do Magistrado em petição específica, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do conhecimento do fato, podendo instruí-la com documentos e rol de testemunhas.
- (D) alegar a suspeição do Magistrado em petição específica, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do conhecimento do fato, podendo instruí-la com documentos e rol de testemunhas.
- (E) aguardar o prosseguimento do feito, uma vez que o fato narrado não configura motivo de suspeição ou impedimento do Magistrado.

72

O Código de Processo Civil estabelece sanções à parte que atuar nos autos judiciais de forma contrária à boa-fé, prevendo, inclusive a possibilidade daquele que litigar de má-fé como autor, réu ou interveniente pagar multa à parte contrária.

À luz desse regime jurídico, assinale a afirmativa correta.

- (A) A multa por litigância de má-fé deverá ser superior a um por cento e inferior a cinco por cento do valor corrigido da causa.
- (B) Considera-se litigante de má-fé aquele que deduzir pretensão contra fato incontroverso.
- (C) É vedado ao Magistrado, de ofício, condenar o litigante de má-fé a pagar multa, devendo ser provocado pela parte contrária.
- (D) A cobrança de multas ou de indenizações decorrentes de litigância de má-fé será promovida em autos apartados ao processo em que se praticou o ato.
- (E) Caso sejam dois ou mais os litigantes de má-fé que coligaram para lesar a parte contrária, cada um será condenado ao pagamento de multa na proporção de seu respectivo interesse na causa.

73

Fernando ajuizou ação indenizatória em face de Renato, a qual passou a tramitar em um Juizado Especial Cível da Comarca X do Estado Y. Inicialmente, foram realizadas tentativas infrutíferas de citação do réu por correspondência, com retorno negativo dos avisos de recebimento.

Em seguida, foi renovada a diligência por meio de Oficial de Justiça que, sem aguardar a expedição de mandado, cumpriu a determinação judicial e certificou que o citando estaria em local inacessível.

Diante de tais fatos, a parte autora requereu ao MM. Juízo a citação por edital da parte ré.

Considerando o caso em comento e o que dispõem o Código de Processo Civil e a Lei nº 9.099/1995 sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) A citação por edital é admitida no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e poderá ser feita quando o citando se encontrar em local inacessível.
- (B) Não se admite a citação por edital no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.
- (C) Embora a citação por edital seja admitida nos Juizados Especiais Cíveis, o fato de o réu se encontrar em local inacessível não autoriza sua utilização.
- (D) A citação por edital somente é admitida no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis quando se tratar de caso expresso em lei.
- (E) Apesar de a citação por edital ser admitida nos Juizados Especiais Cíveis, deverá ser renovada a citação por oficial de justiça, tendo em vista a não expedição de mandado.

74

Joana e Marcos são amigos e, durante uma trilha que fizeram, encontraram uma pedra preciosa, a qual foi avaliada no valor R\$ 15.000,00 por um especialista. Marcos, alegando ter encontrado um comprador para o objeto, permaneceu na posse do bem.

Dias depois, Joana tomou conhecimento de que Marcos pretendia deixar a cidade e, temendo que o amigo não compartilhasse o valor obtido com a venda, ajuizou demanda visando a concessão de tutela cautelar antecedente para o sequestro do objeto, distribuída a uma das Varas Cíveis competentes.

A medida foi cumprida, com o devido acautelamento do objeto.

Diante da situação narrada, à luz das disposições legais sobre tutelas antecedente e do entendimento jurisprudencial sobre o tema, é correto afirmar que Joana

- (A) estaria dispensada de ajuizar a ação principal, caso o juízo entendesse que seu pedido tem natureza antecipada, pois a concessão da tutela, e seu cumprimento sem a interposição de recurso, possui natureza satisfativa e faz coisa julgada.
- (B) poderia ter requerido a concessão da tutela antecedente no Juizado Especial Cível de seu domicílio, o qual seria competente para a análise da ação principal.
- (C) deverá, necessariamente, ajuizar a ação principal na Vara Cível responsável pela concessão da tutela antecedente, a fim de garantir a manutenção da eficácia da medida.
- (D) está dispensada de ajuizar a ação principal, sem cessar a eficácia da medida, pois houve o regular cumprimento da tutela pretendida sem oposição do réu.
- (E) poderá propor a ação principal no Juizado Especial Cível competente, uma vez que o valor do objeto está abaixo do valor máximo de alçada.

75

Paulo, engenheiro, trafegava com seu veículo em observância às regras de trânsito quando foi atingido pelo carro conduzido por Ricardo, o qual avançou o sinal. Em decorrência do acidente, o veículo de Paulo foi avariado e ele sofreu lesões corporais, impedindo que exercesse as atividades cotidianas.

Paulo ajuizou, sozinho, ação indenizatória no Juizado Especial Cível pelos danos no veículo e, ainda, representou contra Ricardo no Juízo Criminal.

Antes da audiência de conciliação, Ricardo entrou em contato com Paulo oferecendo acordo extrajudicial no valor de R\$ 100.000,00, a título de reparação pelos danos de natureza cível e criminal.

Com base nesse cenário e considerando as disposições legais da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que a homologação do acordo proposto é

- (A) válida, quanto à obrigação cível, e inválida quanto à obrigação criminal, devendo haver acordo no juízo criminal competente.
- (B) válida integralmente, podendo haver sua homologação no juízo cível, com e posterior informação ao juízo criminal sobre o acordo e a adoção das medidas adequadas.
- (C) inválida, sendo certo que o acordo deve se adequar ao limite de 40 salários mínimos, cujo excesso afasta a competência dos Juizados Especiais Cíveis.
- (D) inválida, não havendo a possibilidade de homologação de acordo extrajudicial, nos Juizados Especiais Cíveis, independentemente do valor.
- (E) válida, naquilo que não exceder a 20 salários mínimos, devendo haver a renúncia do valor excedente pelo autor.

76

Maria é servidora pública do Município Alfa e identificou que o cálculo dos descontos obrigatórios de seus vencimentos estava incorreto, gerando-lhe um prejuízo financeiro ao longo dos últimos anos. Por essa razão, Maria ajuizou ação junto ao Juizado Especial da Fazenda Pública, pretendendo o reembolso do valor descontado indevidamente.

Proferida sentença de procedência e iniciada a fase de execução, Maria requereu a chamada “execução invertida”, de modo a impor à Fazenda Pública que apresentasse os documentos necessários para o cumprimento de sentença.

Nesse cenário, à luz da jurisprudência do STF sobre o tema, é correto afirmar que o pedido de Maria

- (A) pode ser acolhido, pois, em se tratando de ação perante o Juizado Especial Fazendário, a hipossuficiência técnica de Maria é presumida, sendo certo que o Poder Público tem maior facilidade na apresentação dos documentos e cálculos necessários ao cumprimento de sentença.
- (B) não pode ser acolhido, pois a execução invertida não encontra amparo pela legislação e jurisprudência vigentes, sendo dever do credor a apresentação dos meios necessários ao cumprimento de sentença, sob pena de extinção.
- (C) pode ser acolhido, desde que demonstrada, de maneira fática, a hipossuficiência técnica de Maria para produzir os documentos e cálculos, condicionada à aceitação do encargo pela Fazenda Pública.
- (D) não pode ser acolhido, pois a execução invertida é incabível no âmbito dos Juizados Especiais Fazendários, devendo Maria apresentar as informações necessárias ao cumprimento de sentença.
- (E) pode ser acolhido, condicionando a demonstração fática da impossibilidade de apresentação dos documentos e cálculos por Maria e a facilidade de o Poder Público produzi-los.

77

Mário figurou como réu em ação ajuizada nos Juizados Especiais Cíveis, na qual sobreveio sentença de procedência que o condenou a pagar indenização ao autor, Caio, conhecido político local, por publicar biografia não autorizada. Houve o trânsito em julgado da sentença e o autor deu início ao seu cumprimento, oportunidade em que Mário foi intimado para realizar o pagamento da indenização.

Entretanto, no mesmo período, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar a ADI 4815, deu interpretação conforme à Constituição aos dispositivos do Código Civil sobre o tema, reconhecendo a inexigibilidade de autorização para publicação de biografias.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995 sobre a execução de suas sentenças e o posicionamento do STF sobre o tema, é correto afirmar que Mário poderá

- (A) realizar o pagamento no prazo legal, sendo certo que o trânsito em julgado da sentença impede sua desconstituição, pois a decisão do STF foi posterior ao trânsito em julgado.
- (B) ajuizar reclamação junto ao STF, para garantir a observância de decisão proferida em controle concentrado de constitucionalidade.
- (C) apresentar embargos à execução, pugnano pela inexigibilidade do título executivo, não estando sujeito à preclusão.
- (D) apresentar simples petição, no prazo da ação rescisória, arguindo a inexigibilidade do título executivo.
- (E) ajuizar ação rescisória, na qual poderá arguir a violação de norma jurídica declarada constitucional.

78

A Resolução nº 174/2013 do CNJ dispõe sobre a atuação dos Juizes Leigos.

Considerando as atribuições e vedações contidas nesse diploma legal, analise as assertivas a seguir.

- I. O juiz leigo não pode exercer a advocacia nos Juizados Especiais da mesma comarca quando atuar nos Juizados Especiais Cíveis ou Fazendários.
- II. O juiz leigo não está obrigado a seguir o mesmo entendimento jurídico do juiz togado, em prestígio ao princípio da independência funcional.
- III. Aplicam-se ao juiz leigo as mesmas hipóteses de suspeição e impedimento ~~des~~ previstas para os juizes togados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

79

Os Juizados Especiais Cíveis e Fazendário visam apresentar ao jurisdicionado uma forma de solução de controvérsias mais rápida, informal e desburocratizada, permitindo que ele consiga buscar, perante o Estado, a solução para o seu conflito de interesses. Em razão dessas características, nem todos os institutos típicos do procedimento comum são compatíveis com o rito dos Juizados Especiais.

Nesse contexto, assinale a opção que exemplifica corretamente um instrumento compatível com o procedimento dos Juizados Especiais.

- (A) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
- (B) A intervenção de terceiros.
- (C) O reexame necessário.
- (D) A denúncia da lide.
- (E) A assistência.

80

Em relação aos meios de produção de prova, à prova emprestada e às hipóteses de ilicitude, assinale (V) para afirmativa verdadeira e (F) para falsa.

- () A prova emprestada possui o mesmo valor que lhe foi dado no processo em que foi produzida, observado o contraditório.
- () A prova ilícita por derivação implica na nulidade das provas que decorrerem de outra obtida de maneira ilícita.
- () A atipicidade das provas é regra processual, cuja valoração é livre pelo Magistrado, desde que maneira motivada.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) V – V – F.
- (E) F – V – F.

81

Fernanda ajuizou ação em face de Roberto, a qual foi distribuída para um dos juizados especiais cíveis da Comarca X, no Estado Y. Realizada a audiência de conciliação - posteriormente convalidada em instrução e julgamento - e elaborado projeto de sentença pelo Juiz Leigo que presidiu o referido ato, foi proferida sentença homologatória pelo MM. Juízo.

A pretensão da parte autora foi julgada improcedente, razão pela qual interpôs recurso contra a sentença, mas esqueceu de recolher o preparo recursal devido. Mesmo regularmente intimada para sanar o vício, a referida parte quedou-se inerte dentro do prazo legal. Diante disso, o MM. Juízo remeteu os autos a uma das Turmas Recursais do Estado Y que, não conheceu do recurso inominado em razão da deserção, condenando Fernanda ao pagamento de custas e honorários advocatícios em favor da parte contrária.

Considerando o Código de Processo Civil, o microsistema dos Juizados Especiais Cíveis e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que a Turma Recursal do Estado Y

- (A) agiu equivocadamente, uma vez que o juízo de admissibilidade deve ser feito pelo MM. Juízo *a quo*.
- (B) agiu equivocadamente, uma vez que a Lei nº 9.099/1995 somente autoriza a condenação da parte recorrente ao pagamento de honorários quando ela for vencida.
- (C) agiu acertadamente, uma vez que há previsão expressa na Lei nº 9.099/1995 autorizando a condenação da parte recorrente ao pagamento de honorários advocatícios quando o recurso não for conhecido por deserção.
- (D) agiu acertadamente, uma vez que o não conhecimento do recurso indica que Fernanda foi vencida, o que autoriza a sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios em favor da parte recorrida.
- (E) agiu equivocadamente, uma vez que o não recolhimento das custas relativas ao recurso inominado é caso típico de conhecimento e desprovimento do recurso.

82

A empresa XYZ EPP foi criada com o objetivo de exercer a atividade de *factoring*, ou seja, compra de direitos creditórios (recebíveis a prazo) de outras empresas. Em razão do inadimplemento de uma das diversas transações realizadas com uma de suas parceiras comerciais, foi necessário o ajuizamento de ação judicial para buscar reparação financeira, sofrida no importe de R\$ 30.000,00.

Para evitar mais uma despesa com custas judiciais, a empresa, enquadrada como de pequeno porte, optou por ajuizar a ação em um dos Juizados Especiais Cíveis de sua cidade, requerendo a condenação de sua parceira ao pagamento de indenização por danos materiais no valor equivalente ao prejuízo sofrido.

À luz do caso em comento, do que preleciona a Lei nº 9.099/1995, bem como da doutrina processual pertinente, assinale a afirmativa correta.

- (A) Considerando a atividade de *factoring* exercida pela empresa XYZ EPP, a ação não poderá ser proposta em um Juizado Especial Cível.
- (B) Considerando que, além das pessoas físicas capazes, somente pessoas jurídicas qualificadas como microempresa podem figurar no polo ativo de demandas nos Juizados Especiais Cíveis, a empresa XYZ EPP não poderá propor a ação nos termos por ela pretendidos.
- (C) Considerando que o valor do prejuízo financeiro da parte autora é superior a vinte salários mínimos, a ação ajuizada pela empresa XYZ EPP não poderá ser proposta em um Juizado Especial Cível.
- (D) Considerando que, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, é vedado que as pessoas jurídicas figurem no polo ativo das demandas, a empresa XYZ EPP não poderá ser admitida a propor a ação nos termos por ela pretendidos.
- (E) Considerando que, além das pessoas físicas capazes, somente pessoas jurídicas qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público podem figurar no polo ativo de demandas nos Juizados Especiais Cíveis, a empresa XYZ EPP não poderá propor a ação nos termos por ela pretendidos.

83

Marta, microempreendedora individual, ajuizou ação indenizatória em face do Banco Pague Quando Puder S.A., endereçada para uma das Varas Cíveis da Comarca X, no Estado Y, em razão de prejuízos financeiros decorrentes de fraude bancária perpetrada por terceiros dentro de uma das agências da instituição bancária ré.

Atribuiu-se à causa o valor de R\$ 60.000,00, considerando o prejuízo sofrido e a pretensão econômica da parte autora.

Ao analisar a petição inicial, o Magistrado da Vara Comum para a qual foi distribuída a ação decidiu remeter os autos à livre distribuição, para que fossem redistribuídos a um dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca X, no Estado Y, ressaltando tratar-se de causa de baixa complexidade.

Considerando o caso em comento e as disposições da Lei nº 9.099/1995 sobre o tema, pode-se afirmar que a demanda deveria permanecer no Juízo da Vara Comum para o qual foi distribuída, uma vez que

- (A) o valor atribuído à causa é superior ao valor de alçada estabelecido para os Juizados Especiais Cíveis.
- (B) a causa envolve fraude bancária, o que é suficiente para se atribuir a ela elevada complexidade, incompatível com o rito dos Juizados Especiais Cíveis.
- (C) o processamento da ação perante o Juizado Especial Cível Estadual é opção da parte autora, que pode, se preferir, ajuizar sua demanda perante a Justiça Comum.
- (D) é vedado que microempreendedores figurem no polo ativo da demanda nos Juizados Especiais Cíveis.
- (E) é vedado que instituições bancárias figurem no polo passivo da demanda nos Juizados Especiais Cíveis.

84

Dentre as modalidades de intervenção de terceiros estabelecidas no Código de Processo Civil, destaca-se o incidente de descon sideração da personalidade jurídica, que deverá ser instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.

A respeito do tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. Quando a descon sideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, haverá a instauração do incidente, mas o feito não será suspenso.
- II. Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por sentença.
- III. O incidente de descon sideração da personalidade jurídica é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

85

Guilherme ajuizou ação indenizatória em face de seu vizinho, Josemar, arguindo ter sido vítima de xingamentos realizados pela parte ré durante assembleia condominial. Na petição inicial, Guilherme apontou três vizinhos como testemunhas oculares do fato, ressaltando que pretende ouvir a parte ré em depoimento pessoal, no momento oportuno.

O feito foi distribuído a um dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca X, no Estado Y, sendo designada audiência de conciliação, que não atingiu o seu objetivo.

Posteriormente, a parte ré peticionou nos autos indicando outras três testemunhas e acenando para o seu intuito em ouvir o depoimento pessoal da parte autora em momento oportuno. Então, foi designada audiência de instrução e julgamento.

Considerando o caso e o que dispõe o Código de Processo Civil a respeito da audiência de instrução e julgamento, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () A prova oral será produzida em audiência de instrução e julgamento, ouvindo-se, preferencialmente, nesta ordem: as testemunhas arroladas pela parte autora, depois aquelas arroladas pela parte ré, seguidas dos depoimentos pessoais da parte autora e, por fim, da parte ré.
- () É recomendável que quem preside a audiência de instrução e julgamento tente conciliar as partes, ainda que a audiência de conciliação anteriormente realizada tenha sido infrutífera.
- () Caso uma testemunha essencial para o deslinde da controvérsia não compareça à audiência de instrução e julgamento, apresentando prova de motivo justificado para a sua ausência, o ato poderá ser adiado ou cindido, nesse caso, somente quando houve concordância das partes.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) V – V – F.
- (E) F – V – F.

Direito Constitucional

86

Com o objetivo de reduzir a sobrecarga de trabalho nos juizados especiais cíveis e de aumentar a eficiência do serviço prestado à população, o Presidente da República editou a Medida Provisória nº X (MPX), alterando a legislação processual civil nos planos procedimental e recursal. O texto foi inicialmente apreciado por uma comissão mista e, ao fim do processo legislativo, foi aprovado sem alterações, sendo promulgada pela Mesa do Congresso Nacional a Lei federal nº Y (LFY).

Em relação à conformidade constitucional dessa narrativa, é correto afirmar que

- (A) não apresenta vícios.
- (B) somente apresenta vício em relação à promulgação.
- (C) somente apresenta vício em relação ao objeto da MPX.
- (D) somente apresenta vícios em relação a não submissão à sanção e à promulgação.
- (E) somente apresenta vício em relação à apreciação inicial do texto por uma Comissão Mista.

87

João, representante comercial, era casado com Maria há três décadas. Paralelamente ao casamento, manteve, nas últimas duas décadas, união com Joana, em outra cidade, aparentando perante a coletividade local que formavam uma família.

Com o falecimento de João, tanto Maria como Joana, que desconheciam a existência uma da outra, requereram o recebimento de pensão por morte à entidade governamental competente, por entenderem estar amparadas pela ordem constitucional.

Na situação descrita, é correto afirmar que

- (A) somente decorrem direitos da união estável após sua conversão em casamento; logo, Joana não faz jus ao benefício previdenciário.
- (B) Joana e Maria fazem jus à pensão por morte, de modo proporcional ao lapso temporal durante o qual cada uma permaneceu com João.
- (C) Joana não faz jus à pensão por morte, pois o concubinato não se equipara, para fins de proteção estatal, às uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável.
- (D) Joana somente faria jus à pensão por morte caso a união estável que mantinha com João tivesse se estendido por lapso temporal maior que o do casamento com Maria.
- (E) como os deveres de fidelidade e de monogamia não têm estatutura constitucional, Joana, por força da isonomia, faz jus à pensão por morte em igualdade de condições com Maria.

88

Maria, nos últimos cinco anos, de modo ininterrupto e sem oposição, é possuidora de um terreno de duzentos e cinquenta metros quadrados, no qual construiu um pequeno casebre, situado na zona urbana do Município Alfa. Embora não viva no local, pois trabalha em outra cidade, utiliza-o para a moradia do seu marido e dos dois filhos do casal.

Maria, apesar de não ser proprietária de outro imóvel, urbano ou rural, é possuidora do direito de laje, também na zona urbana da cidade em que trabalha, tendo ali construído uma habitação precária.

Assinale a opção correta, considerando a existência, ou não, de óbice para que Maria obtenha o título de domínio valendo-se do instituto da usucapião.

- (A) O tempo de posse impede a usucapião.
- (B) Os requisitos exigidos foram preenchidos.
- (C) A dimensão do imóvel impede a usucapião.
- (D) A posse do direito de laje impede a usucapião.
- (E) O fato de Maria não residir no imóvel impede a usucapião.

89

Poucos meses após o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovar súmula vinculante (SV) a respeito de determinada temática, o Estado Alfa, após regular processo legislativo, editou a Lei estadual nº X (LEX), dispondo em sentido diametralmente oposto. Ressalte-se que, durante a tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, foi expressamente suscitada a inconstitucionalidade da proposição legislativa, por afrontar a referida súmula vinculante, o que não foi acolhido pelos membros dessa comissão permanente.

Na situação descrita, é correto afirmar que a LEX

- (A) pode ser objeto de reclamação perante o STF, caso o Tribunal tenha exarado ordem de não legislar à Assembleia Legislativa do Estado Alfa.
- (B) não pode ser objeto do controle concentrado de constitucionalidade perante o STF, mas apenas perante o Tribunal de Justiça de Alfa.
- (C) pode ser objeto de reclamação perante o STF, ainda que o Estado Alfa não tenha legislado anteriormente sobre a temática, por contrariar a SV.
- (D) não pode ser objeto de reclamação perante o STF, mas pode vir a ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante esse Tribunal, caso sejam preenchidos os requisitos exigidos.
- (E) pode ser objeto de reclamação perante o STF, desde que diploma normativo de teor idêntico ao da LEX tenha sido anteriormente editado pelo Estado Alfa e considerado inconstitucional pelo Tribunal.

90

A aristocracia que domina o País Alfa há três décadas, com uso da força, decidiu aprovar uma nova ordem constitucional, de modo a sufocar interpretações que começavam a germinar no ambiente sociopolítico, lastreadas em referenciais democráticos. Com isso, seria possível assegurar a sua continuidade no poder. Para evitar uma ruptura imediata, decidiu submeter o texto à consulta popular, tendo ignorado as colaborações apresentadas e editado a nova Constituição logo em seguida.

A referida Constituição deve ser classificada como

- (A) cesarista.
- (B) semântica.
- (C) dogmática.
- (D) promulgada.
- (E) compromissória.

Direito Administrativo

91

O leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração, e o regulamento deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, o leilão será precedido da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, que conterá as seguintes informações, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) O sítio da internet e o período em que ocorrerá o leilão, salvo se excepcionalmente for realizado sob a forma presencial por comprovada inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração, hipótese em que serão indicados o local, o dia e a hora de sua realização.
- (B) O valor pelo qual o bem foi avaliado, o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado, as condições de pagamento e, se for o caso, a comissão do leiloeiro designado, limitada a cinco por cento do valor da alienação.
- (C) A descrição do bem, com suas características, e, no caso de imóvel, sua situação e suas divisas, com remissão à matrícula e aos registros.
- (D) A especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências existentes sobre os bens a serem leiloados.
- (E) A indicação do lugar onde estiverem os móveis, os veículos e os semoventes.

92

Após a observância das formalidades constitucionais e legais, o Estado da Bahia celebrou contrato administrativo com a sociedade empresária Alfa, visando à efetivação de determinada obra pública. Registre-se que no curso da avença, contudo, surgiram dúvidas sobre a responsabilidade pelos encargos resultantes da execução do contrato.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas e comerciais, enquanto o Estado contratante tem responsabilidade pelos encargos de natureza previdenciária e fiscal resultantes da execução do contrato.
- (B) o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, enquanto o Estado contratante tem responsabilidade pelos encargos de natureza fiscal resultantes da execução do contrato.
- (C) o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas comerciais e fiscais, enquanto o Estado contratante tem responsabilidade pelos encargos de natureza previdenciária resultantes da execução do contrato.
- (D) somente o Estado contratante será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- (E) somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

93

Caio, candidato à Presidência da República, demonstrou interesse, caso eleito, em efetivar a celebração de consórcio público entre a União, o Município Alfa, localizado no Estado Beta, e o Município Charlie, integrante do Estado Delta. Para tanto, o postulante ao cargo eletivo solicitou que a sua equipe jurídica lhe fornecesse subsídios sobre a viabilidade da medida planejada.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.107/2005, é correto afirmar que a

- (A) celebração de consórcio público entre a União e os Municípios Alfa e Charlie pressupõe a participação dos Estados Beta e Delta.
- (B) celebração de consórcio público entre a União e os Municípios Alfa e Charlie independe da participação dos Estados Beta e Delta.
- (C) União poderá se consorciar aos Municípios Alfa e Charlie, mas não aos Estados Beta e Delta.
- (D) União poderá se consorciar aos Estados Beta e Delta, mas não aos Municípios Alfa e Charlie.
- (E) União não poderá se consorciar a outros entes federativos, por ausência de previsão legal.

94

João ingressou, em juízo, com um mandado de segurança, visando à proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*. Após a observância do rito processual cabível, o juízo competente proferiu sentença, resolvendo a lide posta.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.016/2009, é correto afirmar que a sentença,

- (A) denegando ou concedendo a segurança, não estará sujeita ao duplo grau de jurisdição, muito embora seja cabível a interposição do recurso de apelação.
- (B) denegando ou concedendo a segurança, não estará sujeita ao duplo grau de jurisdição, muito embora seja cabível a interposição do recurso inominado.
- (C) concedendo ou denegando a segurança, estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.
- (D) concedendo a segurança, estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.
- (E) denegando a segurança, estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.

95

Matheus ocupa emprego público na sociedade de economia mista Alfa, pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Indireta do Estado da Bahia. Registre-se que o agente, agindo com dolo, liberou verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que Matheus

- (A) poderá responder por improbidade administrativa, estando sujeito, dentre outras, à sanção de multa civil de até vinte vezes o valor da remuneração por ele percebida.
- (B) não poderá responder por improbidade administrativa, já que a conduta foi praticada em detrimento de uma entidade integrante da Administração Indireta.
- (C) não poderá responder por improbidade administrativa, já que a conduta foi praticada em detrimento de uma pessoa jurídica de direito privado.
- (D) não poderá responder por improbidade administrativa, por ser um empregado público, não sendo titular de cargo público.
- (E) poderá responder por improbidade administrativa, estando sujeito, dentre outras, à sanção de perda da função pública.

Ética

96

Maria tomou posse como juíza leiga no âmbito do Poder Judiciário do Estado Alfa. Por tal razão, decidiu se inteirar em relação ao fluxo procedimental no âmbito do Juizado Especial Cível (JEC) no qual está lotada, mais especificamente em relação à fase de conciliação. O JEC está localizado na Comarca Sigma, onde existem três outros juizados com a mesma competência.

Após analisar os balizamentos estabelecidos pela Resolução CNJ nº 125/2010, Maria concluiu corretamente que a conciliação deve ser realizada

- (A) preferencialmente no âmbito do próprio JEC.
- (B) preferencialmente em um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.
- (C) no JEC, nos Centros Descentralizados de Conciliação e Mediação ou junto a instituições parceiras, conforme opção dos interessados.
- (D) no JEC, nos Centros Descentralizados de Conciliação e Mediação ou junto a instituições parceiras, conforme definido pelo juiz togado.
- (E) no JEC, nos Centros Descentralizados de Conciliação e Mediação ou junto a instituições parceiras, conforme definido pela Corregedoria-Geral da Justiça.

97

Logo após iniciar sua atuação como juiz leigo no âmbito do Juizado Especial Cível X (JECX), Antônio foi informado de que sua atuação funcional seria objeto de avaliação, em conformidade com a Resolução CNJ nº 174/2013, o que é indicativo de que

- (A) deve ser aferida a satisfação do usuário do sistema.
- (B) há uma ouvidoria específica para a interlocução com a sociedade civil.
- (C) serão acionados os algoritmos que regem o Sistema dos Juizados Especiais, de modo a analisar referenciais quantitativos e qualitativos.
- (D) cabe a cada juiz leigo realizar a autoavaliação de sua atividade, que será cotejada com as bases de dados do sistema e a impressão dos usuários.
- (E) será promovida uma avaliação desidentificada entre os servidores do JECX, de modo a delinear impressões recíprocas e estimular a melhoria contínua do serviço.

98

O Tribunal de Justiça do Estado Alfa (TJEA), conforme declaração realizada pelo Presidente que acabara de iniciar sua gestão, deve contar com um sistema de integridade estruturado com estrita observância dos eixos indicados na Resolução CNJ nº 410/2021.

Assinale a opção que apresenta o(s) eixo(s) compatível(is) com a assertiva do Presidente do TJEA.

- (A) Aprimoramento sazonal e capacitação contínua do pessoal.
- (B) Monitoramento episódico e punição severa das fissuras da integridade.
- (C) Análise, avaliação e gestão dos riscos, além de apoio explícito da alta administração.
- (D) Descentralização orgânica na responsabilidade pela implementação e coordenação.
- (E) Distanciamento da alta administração, de modo a realçar a responsabilidade dos órgãos de piso.

99

Em sua atuação como juíza leiga no âmbito do Juizado Especial Cível X, Maria constatou o encerramento da instrução, o que atrairia sua atuação na perspectiva da estruturação da sentença a ser proferida.

Nessa situação, à luz da Resolução CNJ nº 174/2013, é correto afirmar que Maria deve

- (A) apresentar o projeto de sentença no prazo máximo de 10 (dez) dias.
- (B) encaminhar o feito ao juiz togado, para que possa declarar o feito saneado.
- (C) entranhar o projeto de sentença aos autos e encaminhá-lo para apreciação do juiz togado.
- (D) submeter o projeto de sentença às partes, em respeito ao contraditório, encaminhando-o ao juiz togado no prazo de 15 (quinze) dias.
- (E) proceder à juntada da sentença aos autos, que pode ser desentranhada pelo juiz togado nos 15 (quinze) dias subsequentes.

100

O Poder Judiciário no âmbito do Estado Alfa estruturou um moderno e funcional sistema de *compliance*, que tem como um dos seus principais objetivos prevenir a prática e a disseminação de ilícitos que afrontem regras e princípios afetos à ordem jurídica brasileira, em especial, à moralidade administrativa.

De acordo com os balizamentos estabelecidos pela Resolução CNJ nº 410/2021, é correto afirmar que o signifiante *compliance*, para o objetivo indicado, deve ser compreendido como

- (A) avaliação da eficiência, enquanto indicador lastreado no princípio republicano e no ideal democrático, permeado pela legalidade administrativa.
- (B) alinhamento consistente e adesão a valores, princípios e normas éticas comuns que sustentam e priorizam o interesse público sobre os interesses privados no setor público.
- (C) processo funcionalmente destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização das atividades do Poder Judiciário, especialmente em relação à proteção de dados.
- (D) conjunto de mecanismos e procedimentos de controle interno, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades e à aplicação efetiva do código de conduta ética, políticas e diretrizes.
- (E) processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização dos órgãos do Poder Judiciário.

Realização

